



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 1 de 74

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio do **Centro de Licitações da Secretaria de Estado da Segurança Pública – CNPJ 76.416.932/0001-81**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: nº GMS: PE-1838/2025 UASG: 453079 nº ComprasGov: 91838/2025 TIPO: Menor preço	Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: Até 09 h 29 min do dia 29/04/2026 Início da sessão / disputa de lances: 09 h 30 min do dia 29/04/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
---	--

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a **Prestação de Serviço continuado de LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE IMAGEM**, para atender a demanda do Hospital da Polícia Militar do Paraná - HPM,.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 6.836.866,80 (seis milhões, oitocentos e trinta e seis mil, oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos)**.

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotação orçamentária: 3922.06.302.30.8179 / 3966.06.302.30.8614 / 3922.06.181.30.8501 / 3966.06.181.30.8605

Elemento da despesa: 3390.39

Fonte: 500.000000 / 501.000147 / 703.000148 / 759.000113 / 759.000157

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações do Portal de Compras do Governo Federal. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o www.compras.gov.br.

O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas www.pncp.gov.br, www.comprasparana.pr.gov.br e www.compras.gov.br.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Fernanda do Nascimento Barreto e equipe de apoio, designados pela Resolução/Portaria n.º 121/2025, servidores da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

- **E-mail:** sesp-licitacao@sesp.pr.gov.br

- **Telefones:** (41) 3313-1993

- **Endereço:** Rua Coronel Dulcídio, 800 – CEP 80.420-170, Curitiba/ Paraná

- **O atendimento será feito no horário das 08h30 às 12 h e das 13h30 às 18 h**

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico site www.comprasparana.pr.gov.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 2 de 74

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é a soma dos valores unitários do lote, fixado no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

2.1.1 Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificados”.

2.1.2 No sistema de compras eletrônicas, os licitantes deverão lançar obrigatoriamente os valores unitários de cada item. O sistema calculará automaticamente o valor global do lote com base na soma dos valores totais de cada item.

2.2 O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **Menor preço**.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificadas

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 VIGÊNCIA:

4.1 O contrato terá vigência pelo prazo de **60 meses**, observada a disciplina do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1 O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

6 GARANTIA:

Será exigida garantia da execução do contrato, na forma da cláusula 11 da Minuta de Contrato (Anexo VIII).

7 CONSÓRCIO:

7.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

9 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Termo de vistoria/declaração de conhecimento;



- Anexo VII – Locais de Entrega;
- Anexo VIII – Minuta de Contrato;
- Anexo IX – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- Anexo X – Declaração LGPD.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras do Governo Federal, na página www.compras.gov.br.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual - Portal de Compras do Governo Federal, na página www.compras.gov.br.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual - Portal de Compras do Governo Federal, conforme instruções que podem ser obtidas na página www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor ou, ainda, por meio dos telefones 0800.978.9001 para todas as localidades, suporte técnico realizado de segunda à sexta-feira, de 07:00 às 20:00 horas.

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual - Portal de Compras do Governo Federal implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.



3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item;

4.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, de forma que permita a verificação de conformidade com as exigências contidas nesse documento.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

4.3.1 O contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, respeitado o disposto no art. 130 da Lei Federal n.º 14.133, de 2022.

4.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.4 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

4.4.1 Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

4.4.2 Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

4.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7 Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses,



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 5 de 74

devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem 4.4.

4.8 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais)

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo de Menor preço e os das ofertas com preços até 10 (dez) por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores de Menor preço.

5.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13 Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 6 de 74

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O Critério de julgamento adotado será o de **Menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **01 (um) dia útil**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 7 de 74

se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.2.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

6.2.3 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de **01 (um) dia útil**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

6.2.4 A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais

6.2.5 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecuível a proposta de preços ou menor lance que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.2.5.1 Caso se adote o critério do maior desconto, com permissão de lances negativos, não é considerada inexecuível a proposta que apresente lances inferiores a zero (Inciso LVI do art. 2.º do Decreto n.º 10.086/2022).

6.3 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 92 do Decreto n.º 10.086, de 2022, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.4 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **1 (um) dia útil (quando se referir à proposta) e de 2 (dois) dias úteis (quando se referir à habilitação)**, sob pena de não aceitação da proposta.

6.4.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

6.5 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados.

6.6 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação às parcelas de serviços envolvidas na contratação;

6.7 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

6.7.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.7.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.9 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.10 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.11 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **1 (um) dia útil (quando se referir à proposta) e de 2 (dois) dias úteis (quando se referir à habilitação)**, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.11.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 8 de 74

6.12 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.13 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

6.14 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.14.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.14.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.15 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.16 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3 do edital) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 9 de 74

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3 do edital, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.1.1 Caso seja exigida garantia de execução contratual e o adjudicatário opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do Art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 10 de 74

ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 11 de 74

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba – Paraná, *datado eletronicamente*

Assinado eletronicamente
Fernanda do Nascimento Barreto
Responsável pela condução da licitação
Centro de Licitações



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Prestação de Serviço continuado de **LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE IMAGEM**, para atender a demanda do Hospital da Polícia Militar do Paraná - HPM, conforme especificações estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

LOTE ÚNICO

ITEM	GMS	CATMAT	Descritivo	Unidade de cotação	Qtde	Valor unitário mensal por item	Soma dos Valores Unitários (Critério de Disputa)	Soma por itens (60 meses)
01	0608-63166	20222	Locação Equipamento de Tomografia Computadorizada 64 canais inclui assistência técnica 24 horas	Mês	60	R\$ 87.231,94	R\$113.947,78	R\$ 5.233.916,40
02	0608-104491		Locação de equipamento de radiografia digital direta (DR) para processamento de imagens RX digital inclui assistência técnica 24 horas			R\$ 10.700,95		R\$ 642.057,00
03	0608-63191		Locação do Aparelho de Ultrassom Geral e Cardiológico inclui assistência técnica 24 horas			R\$ 6.322,21		R\$ 379.332,60
04	0606-104610	26077	Sistema PACS em nuvem para armazenamento, distribuição e recuperação de imagens médicas. Emissão de 650 laudos médicos remotos (por mês) e contínuos (24/7)			R\$ 9.692,68		R\$ 581.560,80
Valor total 12 meses				R\$ 1.367.373,36				
Valor total 60 meses				R\$ 6.836.866,80				

- 1.1.1. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.1.2. A presente contratação adotará como regime de execução a EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.
- 1.1.3. O prazo de vigência do contrato é de 60 MESES, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1. **Item 01 0608-63166** Tomógrafo Computadorizado Multislice (mínimo 64 canais: Locação de (01) um Tomógrafo Computadorizado Multislice (mínimo 64 canais) destinado à realização de exames de alta complexidade, com aquisição volumétrica de imagens de alta resolução espacial e temporal). O objeto inclui não apenas o equipamento, mas também todos os serviços correlatos necessários para sua instalação, configuração, calibração, manutenção, suporte técnico e treinamento da equipe operacional. Deverá abranger, de forma integrada, o fornecimento dos insumos essenciais e a garantia da operacionalidade contínua do equipamento.

1.2.1.1. Especificações Técnicas do Equipamento

1.2.1.1.1. Tomógrafo computadorizado multislice com no mínimo 64 (sessenta e quatro) canais, capaz de realizar aquisição volumétrica de imagens com alta resolução espacial e temporal;



1.2.1.1.2. Abertura do gantry mínima de 70 cm, adequada para a realização de exames em pacientes com diversos biotipos, incluindo pacientes obesos ou politraumatizados;

1.2.1.1.3. Mesa de exame motorizada, com capacidade de suporte mínimo de 200 kg, estável e precisa nos movimentos de posicionamento;

1.2.1.1.4. Detector de estado sólido, com alta eficiência quântica (DQE), proporcionando excelente relação sinal-ruído e baixa dose de radiação, conforme normas IEC compatível com protocolo DICOM 3.0 e interoperável com os sistemas HIS/RIS e PACS da instituição;

1.2.1.1.5. Sistema com tecnologia de redução e modulação de dose de radiação, para proteção do paciente, sem comprometer a qualidade da imagem;

1.2.1.1.6. Software de reconstrução avançada, incluindo reconstruções multiplanares (MPR), tridimensionais (3D), perfusão e angiografia;

1.2.1.1.7. Compatibilidade plena com sistemas PACS, garantindo a exportação, arquivamento e consulta das imagens em rede;

1.2.1.1.8. O sistema deverá possuir interface operacional estruturada em menus organizados por funções, com identificação clara dos comandos, apresentação de ícones padronizados, fluxos de operação sequenciais e telas que permitam acesso direto às principais funcionalidades, de modo a facilitar a execução das atividades pelos operadores, reduzindo etapas desnecessárias e minimizando a possibilidade de erro operacional.

1.2.1.2. Requisitos Técnicos e Operacionais para a Prestação do Serviço Instalação e Comissionamento

1.2.1.2.1. Transporte, descarga, montagem e instalação do tomógrafo no local indicado pelo Hospital;

1.2.1.2.2. Vistoria técnica obrigatória antes da instalação, com emissão de relatório que comprove adequação da infraestrutura física, elétrica, lógica e de climatização, conforme manual técnico do fabricante e RDC 611/2022 (ANVISA);

1.2.1.2.3. Adequação de infraestrutura, se necessário, incluindo:

a) Adaptação de quadro elétrico (tensão, aterramento, disjuntores, cabeamento);

b) Instalação de sistema de climatização específico para a sala do tomógrafo, conforme exigência técnica do fabricante;

c) Proteções elétricas e estabilizador de energia (quando aplicável);

1.2.1.2.4. Teste de aceitação do equipamento com emissão de laudo técnico validando sua funcionalidade plena;

1.2.1.2.5. Instalação de console de comando, monitores de avaliação de imagem e demais periféricos necessários.

1.2.1.3. Calibração e Controle de Qualidade

1.2.1.3.1. Calibração inicial completa do equipamento, assegurando conformidade com os padrões de imagem e dosimetria exigidos;

1.2.1.3.2. Calibrações periódicas obrigatórias, realizadas a cada 6 (seis) meses, com emissão de certificados de conformidade, em atendimento às recomendações do fabricante e às normas vigentes da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN aplicáveis aos equipamentos de diagnóstico por imagem, incluindo, quando pertinente ao tipo de equipamento, os requisitos da Norma CNEN-NN-3.05 ou outra norma que venha a substituí-la;

1.2.1.3.3. Avaliação de desempenho e controle de qualidade de imagem, com registro e laudo técnico.

1.2.1.4. Normas para Instrutores

1.2.1.4.1. O profissional responsável pelo treinamento deverá:

a) Possuir formação técnica ou superior em Radiologia, Física Médica ou Engenharia Biomédica;

b) Estar devidamente registrado no conselho profissional correspondente (CRTR, CNEN ou CRM);

c) Ter certificação emitida pelo fabricante do tomógrafo 64 canais para operação e instrução;

d) Apresentar experiência mínima de 2 anos com equipamentos de mesma natureza e complexidade;

e) Atuar uniformizado (jaleco institucional) e com crachá funcional visível durante as atividades de capacitação;

f) Ministrando treinamento prático, personalizado e presencial, com entrega de materiais didáticos em português;

g) Garantir reciclagem dos operadores em até 30 dias, se solicitado, e após atualizações de software.

1.2.1.4.2. Qualificação Exigida

a) Formação técnica ou superior na área da Saúde, Radiologia ou Engenharia Biomédica.

b) Certificação do fabricante do tomógrafo (64 canais) em operação, calibragem e protocolos de segurança.

c) Experiência mínima:

i. 2 (dois) anos comprovados de atuação como operador ou instrutor em tomógrafo multislice de ≥ 64 canais.



- ii. Registro em até 2 (dois) atestados de capacidade técnica que incluam treinamento deste tipo de equipamento.
- d) Habilidades didáticas e pedagógicas: elaboração de material didático, condução de aulas presenciais, avaliação de retenção de conhecimento.
- e) Reciclagens periódicas: pelo menos **anual**, ou sempre que houver atualização de software/hardware do equipamento.

1.2.1.5. Treinamento Operacional

1.2.1.5.1. Treinamento inicial (presencial e prático):

- a) Operação do tomógrafo 64 canais;
- b) Navegação no software de aquisição e reconstrução;
- c) Protocolos de exames, tanto padrão quanto personalizados.
- d) Treinamento, abrangendo operação do equipamento, navegação e uso do software de aquisição e reconstrução de imagem, e protocolos de exames padrão e personalizados;
- e) Treinamento adicional sob demanda deverá ser disponibilizado especialmente em casos de atualizações relevantes do software, modificação de fluxos ou substituição de operadores;
- f) Fornecimento de manual técnico e materiais de apoio em português, físico e/ou digital.

1.2.1.5.2. Materiais de apoio:

- a) Entrega de manual técnico, guias operacionais e materiais de apoio em português, em versão física e/ou digital, com conteúdos compatíveis com as atualizações do equipamento.

1.2.1.6. Manutenção e Suporte Técnico

1.2.1.6.1. Manutenção preventiva periódica, conforme cronograma técnico do fabricante, com periodicidade mínima trimestral, incluindo verificação dos sistemas, atualização de software, testes de segurança elétrica e emissão de relatório técnico detalhado;

1.2.1.6.2. Manutenção corretiva, com tempo de resposta remoto técnico inferior a 2 (duas) horas após chamado.

1.2.1.6.3. Atendimento presencial em até 12 (doze) horas úteis, quando necessário;

1.2.1.6.4. Substituição em até 72 (setenta e duas) horas de peças e componentes com defeito, sem ônus para a contratante;

1.2.1.6.5. Substituição integral do equipamento em até 7 (sete) dias corridos em caso de falha irreparável, com laudo técnico emitido por profissional habilitado;

1.2.1.6.6. Disponibilização de relatórios de manutenção e histórico técnico do equipamento.

1.2.1.7. Indicadores de Nível de Serviço

1.2.1.7.1. Suporte técnico remoto 24/7 com tempo de resposta em até 2 (duas) horas;

1.2.1.7.2. Índice mínimo de disponibilidade técnica operacional de 98% ao mês, com apuração por meio de relatórios técnicos emitidos pela contratada e validados pela contratante.

1.2.1.8. Insumos e Acessórios

1.2.1.8.1. A contratada deverá fornecer, de forma contínua e conforme a demanda do hospital, os seguintes itens:

- a) Bomba injetora de contraste automatizada, dupla via (duplo pistão), compatível com o tomógrafo locado, incluindo pedestal, teclado digital e fornecimento contínuo de kits de injeção, incluindo seringas, conectores, tubos extensores, todos estéreis, de uso único e isentos de látex, em conformidade com normas da ANVISA e boas práticas hospitalares;
- b) Impressora médica compatível com protocolo DICOM Print, para impressão de imagens em filme radiográfico térmico ou seco, com resolução mínima de 300 dpi;
- c) Filmes radiográficos compatíveis com a impressora fornecida;
- d) Extensores de alta pressão, estéreis, compatíveis com a bomba injetora;
- e) Equipos de infusão para contraste, estéreis, livres de látex, com filtro de ar e sistema antirrefluxo;
- f) Meio de contraste iodado com registro na ANVISA, compatível com exames tomográficos e rotinas clínicas do hospital;
- g) Cabos, conectores, suportes, estabilizadores (quando aplicável) e demais materiais de consumo e acessórios técnicos necessários à operação contínua e segura do equipamento;
- h) Suporte técnico para integração com o sistema PACS da unidade.

1.2.1.9. Atualizações e Evoluções Tecnológicas

1.2.1.9.1. A contratada deverá garantir a atualização gratuita de todos os softwares embarcados e periféricos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após lançamento de nova versão. Atualizações de hardware imprescindíveis ao bom funcionamento do sistema deverão ser fornecidas pela contratada sem qualquer ônus à Administração, com substituição compatível e homologada pelo fabricante.

1.2.1.10. Documentação Técnica e Acesso a Sistemas



1.2.1.10.1. Deverão ser entregues todos os manuais operacionais, diagramas técnicos bem como senhas administrativas, de configuração, de rede e de integração, garantindo acesso integral e seguro ao sistema, em conformidade com a LGPD e a ISO/IEC 27001.

1.2.1.11. Relatório Técnico Final ao Encerramento do Contrato

1.2.1.11.1. Ao término da vigência contratual, a contratada deverá apresentar relatório técnico final, acompanhado de declaração formal de conformidade com a RDC 611/2022 da ANVISA, CNEN (quando aplicável), ABNT NBR ISO 13485 e demais normas reguladoras contendo:

- a) Histórico de manutenções realizadas;
- b) Níveis mensais de disponibilidade operacional;
- c) Versões de software e firmware instalados;
- d) Avaliação técnica final do equipamento;
- e) Declaração de conformidade com normas da ANVISA, CNEN, ABNT e demais órgãos reguladores.

1.2.2. Item 02 0608-104491: Sistema DR para Radiografia Digital locação de sistema de radiografia digital direta (DR), **composto por dois detectores** de painel plano (Flat Panel Detectors – FPD) e **uma estação de aquisição em formato notebook robusta, para operação como sistema de contingência** (backup). Além do fornecimento do equipamento, **é de responsabilidade da contratada, sem ônus adicional para a Administração Pública**, a instalação, comissionamento, fornecimento de todos os acessórios, insumos e componentes indispensáveis à operação plena do equipamento e à realização contínua dos exames.

1.2.2.1. Especificações Técnicas dos Detectores

1.2.2.1.1. Dois detectores de painel plano (43 cm × 43 cm), com tecnologia de cintilação indireta (Césio Iodeto – CsI) ou conversão direta (Selenium ou equivalentes), com alta DQE (Detective Quantum Efficiency), permitindo aquisição de imagens de baixa dose com alta resolução espacial.

1.2.2.1.2. Conversão direta para imagem digital com padrão DICOM 3.0;

1.2.2.1.3. Compatibilidade com sistema PACS e protocolos HL7, compatível com pa Autonomia mínima de 6 drão DICOM 3.0, protocolos HL7 e interoperável com PACS, HIS/RIS/PEP, conforme diretrizes da SBIS e requisitos da LGPD;

1.2.2.1.4. Funções de pós-processamento com ajustes de contraste, brilho, nitidez, filtros, ferramentas de medição e anotação;

1.2.2.1.5. Interface multilíngue (português incluído) e manual técnico do operador.

1.2.2.2. Estação de Aquisição (Notebook Robusto)

1.2.2.2.1. Estação portátil de alta performance com, no mínimo:

- a) Processador Intel Core i5 ou superior;
- b) Memória RAM de 8 GB ou superior;
- c) Armazenamento SSD de 512 GB ou mais;
- d) Tela ≥ 23" com resolução Full HD (1080p);
- e) Autonomia mínima de 6 (seis) horas com bateria interna e sistema de proteção contra surtos elétricos, falhas abruptas de energia e reinicialização automática;
- f) Suporte a no mínimo 10.000 imagens armazenadas;
- g) Conectividade com rede PACS e rede lógica hospitalar;
- h) Software embarcado com funcionalidades de reconstrução, manipulação e exportação de imagens em DICOM;
- i) Proteção contra surtos elétricos e intempéries.....

1.2.2.3. Serviços Associados / Instalação e Integração

1.2.2.3.1. Transporte, montagem e instalação do sistema no local designado pela contratante;

1.2.2.3.2. Vistoria técnica prévia da infraestrutura elétrica e física;

1.2.2.3.3. Cabe à contratada realizar todas as adequações elétricas necessárias, incluindo fornecimento de disjuntores, aterramento técnico e nobreak homologado conforme carga do sistema e normas da ABNT;

1.2.2.3.4. Instalação de detectores, estação de aquisição e demais periféricos;

1.2.2.3.5. Integração total ao sistema PACS da instituição, sob-responsabilidade da contratada;

1.2.2.3.6. A contratada é responsável por assegurar a compatibilidade do sistema DR com os equipamentos existentes no CDI, inclusive com adaptações de hardware ou software que se façam necessárias, sem ônus adicional à Administração.

1.2.2.4. Calibração e Qualidade de Imagem

1.2.2.4.1. Calibração inicial completa do sistema;

1.2.2.4.2. Calibrações periódicas semestrais, com emissão de certificados e laudos técnicos assinados por profissional habilitado (Físico Médico ou Engenheiro Clínico), conforme exigências da CNEN e da RDC 611/2022;

1.2.2.4.3. Controle de qualidade de imagem conforme padrões técnicos e normas de segurança radiológica.



1.2.2.5. Treinamento da Equipe Técnica

1.2.2.5.1. Treinamento teórico e prático, ministrado presencialmente, com foco em aquisição, posicionamento anatômico, otimização de protocolos e pós-processamento de imagem. Fornecimento de materiais em português e emissão de certificado de conclusão.

1.2.2.5.2. Executar a instalação completa e o comissionamento funcional do sistema no local definido pela Administração.

1.2.2.5.3. Fornecer treinamento presencial ou remoto com carga mínima de 4 horas para servidores indicados, abordando:

- a) Operação dos detectores e software;
- b) Fluxo de envio ao PACS;
- c) Rotinas de backup e manutenção preventiva.

1.2.2.6. Manutenção Técnica e Nível de Serviço (SLA)

1.2.2.6.1. Manutenção preventiva conforme cronograma do fabricante;

1.2.2.6.2. Manutenção corretiva com:

- a) Atendimento remoto: até 2 (duas) horas úteis após abertura de chamado;
- b) Atendimento presencial técnico: até 12 (doze) horas úteis;
- c) Substituição de peças críticas: até 72 (setenta e duas) horas corridas
- d) Disponibilidade mínima: 98% ao mês, conforme indicadores de desempenho exigidos pelo art. 39 da Lei 14.133/2021;
- e) Emissão de relatórios de manutenção e histórico técnico do sistema.

1.2.2.7. Impressora e Impressão

1.2.2.7.1. Impressora compatível com DICOM Print, capaz de imprimir em filmes radiográficos dry film de 14" x 17", com resolução mínima de 300 dpi e escala de cinza diagnóstica. Deve permitir impressão direta da estação de aquisição via rede PACS;

1.2.2.7.2. Impressão diretamente da estação de aquisição.

1.2.2.8. Insumos e Materiais de Consumo

1.2.2.8.1. Filmes compatíveis (térmicos ou dry film);

1.2.2.8.2. Papel térmico, quando aplicável;

1.2.2.8.3. Cabos, conectores, kits de limpeza, suportes e acessórios técnicos.

1.2.2.9. Atualizações Tecnológicas

1.2.2.9.1. A contratada deverá garantir a atualização **gratuita e periódica** do software com prazo máximo de 60 (sessenta) dias após disponibilização pelo fabricante. O descumprimento sujeitará a contratada às penalidades previstas no contrato administrativo, sem prejuízo da rescisão contratual por inadimplemento técnico;

1.2.2.9.2. Atualizações de hardware necessárias à compatibilidade e continuidade operacional deverão ser incluídas, sem ônus adicional.

1.2.2.10. Conformidade Regulatória

1.2.2.10.1. Todos os componentes, softwares e insumos deverão possuir:

- a) Registro válido na ANVISA;
- b) Conformidade com as normas da ABNT, ANVISA e CNEN;
- c) Certificação de compatibilidade eletromagnética e segurança elétrica conforme exigências nacionais.

1.2.3. Item 03 608-63191: Equipamento de Ultrassonografia Geral e Cardiológica (Multifuncional) locação de equipamento de ultrassonografia com capacidade para exames gerais e cardiológicos, incluindo fornecimento, instalação, calibração, manutenção, treinamento operacional e fornecimento de transdutores e acessórios necessários para o funcionamento pleno do sistema. Além do fornecimento do equipamento, é de responsabilidade da contratada, sem ônus adicional para a Administração Pública, sendo de responsabilidade da contratada a instalação, testes, comissionamento e fornecimento de todos os acessórios, insumos, materiais de consumo e componentes indispensáveis ao funcionamento pleno do equipamento.

1.2.3.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO

1.2.3.1.1. O equipamento de ultrassonografia ofertado deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:

- a) **Tipo:** Ultrassom digital multipropósito com Doppler colorido;
- b) **Arquitetura:** Processamento digital em tempo real, banda larga, alta resolução;
- c) **Monitor:** LCD/LED, Full HD, 21" mínimo, em braço articulado;
- d) **Armazenamento interno:** ≥ 500 GB;

1.2.3.1.2. Transdutores obrigatórios (mín. 3):

- a) Convexo (2–5 MHz)



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 17 de 74

- b) Linear (5–12 MHz)
- c) Setorial (1.5–4 MHz)
- 1.2.3.1.2.1. **Suporte a funções de imagem:**
 - a) 2D, Modo M, Doppler pulsado, contínuo Modos de imagem: B (2D), M, M anatômico, Doppler pulsado, contínuo, colorido, Power Doppler, Doppler tecidual, modo harmônico e autoajuste automático de ganho/foco;
 - b) Power Doppler e Doppler tecidual;
 - c) Modo Harmônico;
 - d) M-Mode anatômico (para exames cardíacos);
 - e) Autoajuste de ganho e foco dinâmico.
- 1.2.3.1.2.2. Transdutores devem ser entregues com **etiquetas de rastreabilidade, conectores blindados e cabeamento de grau hospitalar**, compatíveis com limpeza hospitalar padrão **ANVISA**.
- 1.2.3.1.3. **SERVIÇOS ASSOCIADOS À LOCAÇÃO**
- 1.2.3.1.4. Instalação e Integração
- 1.2.3.1.5. A empresa contratada deverá:
 - a) Transportar, instalar e montar o equipamento nas áreas designadas;
 - b) avaliar previamente a infraestrutura física e elétrica, apresentando relatório técnico com emissão de laudo técnico detalhado incluindo tensão, aterramento, disjuntores, temperatura, umidade, cabeamento e conectividade PACS, conforme RDC 611/2022 (ANVISA) e ABNT NBR IEC 60601;
 - c) fornecer estabilizador/nobreak com autonomia mínima de 10 minutos;
 - d) integrar o aparelho ao PACS institucional via DICOM 3.0, com testes completos de conectividade;
 - e) realizar calibração, testes de qualidade de imagem e emissão de relatórios;
 - f) Ministrar treinamento prático e presencial aos operadores clínicos, abrangendo interface de operação, ajuste de imagem, modos Doppler e fluxo de integração com PACS. Fornecer manual técnico em português e certificado individualizado.;
 - g) entregar manual técnico e certificações em português;
 - h) manter suporte à integração por 12 (doze) meses com SLA definido.
- 1.2.3.1.6. **Calibração e Qualidade de Imagem**
 - a) Calibração inicial e periódica dos transdutores e modos de imagem conforme manuais do fabricante, com emissão de certificados assinados por profissional habilitado (Eng. Biomédico ou Físico Médico), conforme RDC 611/2022;
 - b) Calibração periódica semestral, conforme exigências do fabricante ou norma técnica;
 - c) Execução de testes de controle de qualidade, com emissão de laudo técnico validando o desempenho diagnóstico do equipamento.
 - d) Treinamento Operacional;
 - e) Treinamento teórico e prático presencial, abrangendo:
 - i. Operação do console e transdutores;
 - ii. Modos de imagem clínicos e suas aplicações;
 - iii. Exportação para PACS e rotina de arquivamento digital;
 - iv. Entrega de material didático e certificado.
- 1.2.3.1.7. **Manutenção e Suporte Técnico**
 - a) Realização de manutenção preventiva periódica, conforme manual técnico do fabricante;
 - b) Atendimento de manutenção corretiva com tempo de resposta técnica de até 2 (duas) horas úteis e solução em até 24 (vinte e quatro) horas, com registro em sistema de chamados e evidência documental de atendimento;
 - c) Fornecimento de peças de reposição e assistência técnica especializada;
 - d) Garantia de funcionamento contínuo com índice mínimo de disponibilidade de 98%.
- 1.2.3.1.8. **ACESSÓRIOS E COMPONENTES ADICIONAIS**
- 1.2.3.1.9. A contratada deverá fornecer:
 - a) Todos os transdutores descritos nas especificações técnicas, devidamente homologados e compatíveis;
 - b) Cabo de alimentação, adaptadores, conectores e suportes de transdutores ;
 - c) Suporte para transporte interno (carrinho com rodízios hospitalares), facilitando o deslocamento do equipamento entre setores;
 - d) Nobreak de autonomia mínima de 10 minutos, quando indicado.
- 1.2.3.1.10. **CONFORMIDADE E NORMAS TÉCNICAS**
 - a) Todo o conjunto ofertado deverá estar em conformidade com com registro na ANVISA (Registro/MS), certificados de conformidade elétrica, compatibilidade eletromagnética e segurança clínica, atendendo às normas ABNT NBR IEC 60601, CNEN NN 3.01 (se aplicável) e diretrizes do CFM e da ANVISA (RDC 611/2022).



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 18 de 74

- b) Registro ativo na **ANVISA** para o equipamento e transdutores;
- c) Certificações de segurança elétrica, compatibilidade eletromagnética e funcionamento clínico;
- d) Atendimento às diretrizes técnicas da ANVISA, ABNT, CNEN (se aplicável) e CFM.
- 1.2.4. Item 04 0606-104610:** Sistema de Armazenamento em Nuvem, PACS e Emissão de Laudos contratação de solução integrada PACS e RIS baseada em nuvem, com emissão de laudos médicos e odontológicos em regime 24/7, suporte técnico contínuo, internet dedicada fornecida pela contratada, integração com equipamentos do CDI/HPMPR, e migração completa de dados legados:
- 1.2.4.1.** Armazenamento seguro de imagens de tomografia, ultrassom e raios-X (fixo, digital, odontológico);
- 1.2.4.2.** Emissão de laudos médicos e odontológicos 24/7 por equipe especializada;
- 1.2.4.3.** Internet dedicada fornecida pela contratada, garantindo conectividade exclusiva para o sistema;
- 1.2.4.4.** Suporte técnico contínuo e integração total com o CDI do HPMPR, com migração de dados legados e compatibilidade com equipamentos existentes.
- 1.2.4.5.** Além do fornecimento do equipamento, **são de responsabilidade da contratada, sem ônus adicional para a Administração Pública**, a instalação, comissionamento, fornecimento de todos os acessórios, insumos e componentes indispensáveis à operação plena do equipamento e à realização contínua dos exames.
- 1.2.4.6. Especificações Técnicas do Sistema PACS**
- 1.2.4.6.1.** Implementado em datacenter com certificação válida e emitida por organismo acreditado conforme INMETRO/CGCRE, assegurando padrões internacionais de segurança da informação;
- 1.2.4.6.2.** Interface web responsiva acessível por qualquer navegador compatível com dispositivos móveis e autenticação multifator (2FA) para segurança de acesso conforme LGPD e melhores práticas de governança;
- 1.2.4.6.3.** Armazenamento mínimo de 20 TB com expansão automática sob demanda, com replicação geográfica, backup diário e testes semestrais de restauração;
- 1.2.4.6.4.** Compatível com DICOM 3.0, HL7 e integrável aos sistemas HIS, RIS e PEP utilizados no HPMPR, com interoperabilidade garantida via APIs RESTful, HL7 e DICOM 3.0, assegurando continuidade do histórico clínico e arquivamento longitudinal;
- 1.2.4.6.5.** Ferramentas para visualização, pós-processamento, medição, anotação, controle de versões, logs de acesso, perfis de usuário (LGPD compliant);
- 1.2.4.6.6.** Criptografia em trânsito e repouso, autenticação segura;
- 1.2.4.6.7.** Backup automático e redundância geográfica.
- 1.2.4.7. Serviços Associados Implantação e Integração**
- 1.2.4.7.1.** Configuração, integração com tomografia, DR, ultrassom e sistema odontológico;
- 1.2.4.7.2.** Integração com HIS/RIS/PEP;
- 1.2.4.7.3.** Migração de laudos e imagens legadas, garantindo continuação do histórico;
- 1.2.4.7.4.** Políticas de compatibilidade e responsabilidade contratual pela comunicação entre sistemas internos do CDI.
- 1.2.4.8. Treinamento e Suporte**
- 1.2.4.8.1.** Capacitação presencial para usuários administrativos, clínicos e odontológicos;
- 1.2.4.8.2.** Entrega de manuais técnicos e operacionais em português;
- 1.2.4.8.3.** Suporte remoto 24/7 e help desk dedicado.
- 1.2.4.8.4.** Treinamento específico para administradores do sistema (incluindo configuração de usuários, permissões e geração de relatórios);
- 1.2.4.8.5.** Definição de pontos focais (pessoas de referência no hospital para contato com o suporte);
- 1.2.4.8.6.** Protocolos de escalonamento de chamados e SLA (tempo de resposta e solução).
- 1.2.4.8.7.** Orientação sobre boas práticas de segurança de dados;
- 1.2.4.8.8.** Procedimentos para garantir confidencialidade e integridade das informações;
- 1.2.4.8.9.** Treinamento básico sobre conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- 1.2.4.8.10.** Uso correto de funcionalidades de busca, arquivamento, comparação e segmentação de imagens.
- 1.2.4.9. Monitoramento e Atualizações**
- 1.2.4.9.1.** Monitoramento em tempo real, com alertas proativos;
- 1.2.4.9.2.** Atualizações contínuas do sistema, com aviso prévio e sem custo adicional;
- 1.2.4.9.3.** Inclusão de link dedicado de internet simétrica (mínimo 200 Mbps) com SLA garantido à contratante, conforme padrões de licitações de telecomunicações.
- 1.2.4.10. Serviço de Emissão de Laudos 24/7**
- 1.2.4.10.1.** Os laudos médicos e odontológicos deverão ser emitidos por profissionais com:
- a) Registro no CRM/CFO ativo;
- b) Registro no RQE (radiologistas) ou CRO (odontólogos);



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 19 de 74

- c) Assinatura digital com certificado ICP-Brasil;
d) Integração direta ao PACS e PEP da instituição.

Modalidade	Urgência	Eletivos dias úteis	Eletivos fins de semana
Raios-X (convencionais contrastados e odontológico)	≤ 2 h	≤ 6 h	≤ 12 h
Tomografia (convencional, contrastadas e odontológica).	≤ 2 h	≤ 6 h	≤ 12 h

- e) Priorização de exames urgentes;
f) Laudos assinados com certificado ICP-Brasil, integrados ao PACS/PEP;
g) Suporte aos clínicos com esclarecimento de laudos.

1.2.4.11. Insumos Técnicos

1.2.4.11.1. Internet dedicada gerenciada e provisionada pela contratada, Link simétrico de internet com velocidade mínima de 200 Mbps, provisionado e gerenciado pela contratada, com SLA de disponibilidade ≥ 99%, garantido por contrato.

1.2.4.12. Conformidade Técnica e Regulatória

1.2.4.12.1. LGPD, ISO/IEC 27001 (ou equivalente), ANVISA (quando aplicável), CFM, SBIS e Sociedade Brasileira de Radiologia normas para telerradiologia;

1.2.4.12.2. Laudos odontológicos exigirão observância às diretrizes do CFO e sociedades odontológicas.

1.2.4.13. Responsabilidades da Contratada

1.2.4.13.1. Garantir compatibilidade integral com equipamentos e ambientes clínicos existentes no CDI;

1.2.4.13.2. Responsabilizar-se pela instalação, integração, testes e manutenção do sistema PACS, incluindo a internet dedicada utilizada exclusiva e prioritariamente para o sistema;

1.2.4.13.3. Fornecer documentação técnica, protocolos de comunicação e conexão, além de suporte ao uso e manutenção contínua do sistema.

1.2.4.13.4. A contratada será responsável por garantir a continuidade operacional, a interoperabilidade entre sistemas, a conformidade regulatória e a segurança digital das informações, respondendo civil e administrativamente por falhas que resultem em indisponibilidade do serviço ou comprometimento da integridade das imagens e laudos.

1.2.4.14. Manutenção Preventiva e Corretiva do Sistema PACS e Emissão de Laudos

1.2.4.14.1. A contratada será integralmente responsável por garantir a manutenção preventiva e corretiva do sistema PACS em nuvem, com emissão de laudos médicos e odontológicos, conforme as condições abaixo:

1.2.4.15. Manutenção Preventiva

1.2.4.15.1. Realização trimestral de manutenção preventiva, com plano anual que inclua verificação da integridade do banco de imagens, testes de backup, atualizações de segurança e auditoria de logs.

1.2.4.15.2. Emissão de relatórios técnicos após cada ciclo, contendo evidências documentais e eventuais anomalias identificadas.

1.2.4.16. Manutenção Corretiva

1.2.4.16.1. Atendimento a falhas críticas em até 2 (duas) horas úteis, com resolução em até 8 (oito) horas úteis.

1.2.4.16.2. Disponibilização de suporte remoto e presencial 24/7, sem custos adicionais.

1.2.4.16.3. Substituição ou reparo de componentes, licenças ou acessos, quando necessário, sem ônus à contratante.

1.2.4.17. Suporte Evolutivo e Emergencial

1.2.4.17.1. Inclusão de banco de horas para suporte adicional, ajustes e melhorias contínuas do sistema com acompanhamento técnico documentado e controle de saldo de horas mensais, permitindo a rastreabilidade de uso pelo fiscal do contrato, sem custo adicional.

1.2.4.17.2. Implantação de operação assistida por 45 (quarenta e cinco) dias após a ativação do sistema.

1.2.4.18. Backup e Segurança de Dados

1.2.4.18.1. Backup automático diário com retenção mínima de 7 dias, replicação em datacenter redundante, testes semestrais de restauração, e política de segurança da informação documentada conforme LGPD e ISO/IEC 27001.

1.2.4.18.2. Realização de testes semestrais de restauração dos dados.

1.2.4.18.3. Criptografia de dados em trânsito e em repouso, conforme as diretrizes da ISO/IEC 27001.

1.2.4.19. Monitoramento e SLA



1.2.4.19.1. Monitoramento 24/7 com alertas automáticos em caso de falhas ou lentidão.

1.2.4.19.2. SLA mínimo exigido: 99,5% de disponibilidade com relatórios mensais validados pelo gestor do contrato, contendo logs de uptime, incidentes e tempo médio de recuperação.

1.2.4.19.3. Notificações automáticas ao gestor designado em até 1 (uma) hora após falha crítica.

1.2.4.19.4. Monitoramento ativo em tempo real com geração de alertas de falhas, capacidade, acessos não autorizados e tentativas de quebra de integridade. Atualizações aplicadas fora do horário de pico, com aviso prévio de no mínimo 72 horas.

1.2.4.20. Compatibilidade e Responsabilidade Técnica

1.2.4.20.1. Compatibilidade total com os equipamentos de imagem instalados no CDI (DR, tomógrafo, ultrassom e odontológico), seguindo padrão DICOM 3.0.

1.2.4.20.2. Responsabilidade da contratada pela integração com os sistemas HIS/RIS/PEP, migração dos dados legados e estabilidade do sistema.

1.2.4.20.3. Conformidade com a LGPD, ISO 27001, ANVISA (quando aplicável), CFM, SBIS, e CFO no tocante aos laudos odontológicos.

1.2.4.20.4. A solução ofertada deve estar em conformidade com a LGPD, ISO/IEC 27001 (segurança da informação), RDC 611/2022 (ANVISA), normas CNEN (quando aplicável), diretrizes do CFM e da SBIS para telerradiologia, e normas do CFO para emissão de laudos odontológicos.

1.2.5. Os equipamentos poderão ser **SEMINOVOS**, desde que comprove data de fabricação e início de uso não superior a 5 (cinco) anos, esteja tecnologicamente atualizado, em perfeito estado de funcionamento e conservação, com todos os componentes originais e íntegros, e acompanhados de certificação de desempenho emitida por profissional legalmente habilitado, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). A última atualização de software deverá ter sido realizada há, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses.

1.3. DA PADRONIZAÇÃO

No Portal Nacional de Contratação Pública – PNCP, no Catálogo Eletrônico de Padronização ainda não foi inserido em conformidade com o art.174, §2º, II da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como não foi criado o cadastro Eletrônico de Padronização de compras e serviços, de modo a atender o art. 20, II do decreto Estadual nº 10.086/2022.

1.4. DA EXECUÇÃO DE SERVIÇO

1.4.1. O local para prestação do serviço exclusivamente nas dependências do Hospital da Polícia Militar do Paraná.

1.4.2. A entrega será realizada de forma parcelada em etapas: fornecimento do equipamento instalação, calibração, testes de aceitação e integração com o sistema PACS.

1.4.2.1. Os equipamento deverão ser entregues e instalado no prazo máximo de de 60 dias a partir da assinatura do contrato;

1.4.3. Local: Av. Prefeito Omar Sabbag, nº 894, Bairro Jardim Botânico, Curitiba/PR Centro de diagnóstico por imagem CDI, **Horário para entrega:** das 08h00minh às 18h00minh de segunda a sexta-feira. Aos cuidados de Ten. Cel. Alexandra Ramos dos Santos, ou 3º Sargento Jones Salviato da Silva ou aquele que substituir em caso de ausência fone (41) 3218-3571 ou 3218-3560 e-mail Radiologiahpmp@gmail.com;

1.4.4. Objeto de Serviço contínuo previsto contrato com prorrogação, justificativa da classificação:

1.4.4.1. A Lei 14.133 de 2021, em seu artigo 6º, inciso XV, bem como o Decreto Estadual nº 10.086 de 2022, art. 392, III, classifica como “serviço e fornecimento contínuos” os serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

1.4.4.2. Porém, conforme estudo do portal Zênite:

A Lei de Licitações não apresenta um conceito específico para a expressão mencionada. Dentro dessa perspectiva, formou-se a partir de normas infralegais e entendimentos doutrinário e jurisprudencial, consenso de que a caracterização de um serviço como contínuo requer a demonstração de sua essencialidade e habitualidade para o contratante.

A essencialidade atrela-se à necessidade de existência e manutenção do contrato, pelo fato de eventual paralisação da atividade contratada implicar em prejuízo ao exercício das atividades da Administração contratante.

Já a habitualidade é configurada pela necessidade de a atividade ser prestada mediante contratação de terceiros de modo permanente.



Nesse sentido é a definição apresentada no Anexo I da Instrução Normativa nº 2/2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

"I – SERVIÇOS CONTINUADOS são aqueles cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente".

Segue o mesmo raciocínio o conceito atribuído pelo Tribunal de Contas da União:

"Voto do Ministro Relator [...].

28. Sem pretender reabrir a discussão das conclusões obtidas naqueles casos concretos, chamo a atenção para o fato de que a natureza contínua de um serviço não pode ser definida de forma genérica. Deve-se, isso sim, atentar para as peculiaridades de cada situação examinada.

29. Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional." (TCU. Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008.) (PORTAL ZENITE¹ – grifo nosso).

1.4.4.3. Diante do exposto, e considerando as características do objeto a ser contratado, pode-se dizer que o objeto da presente contratação se caracteriza como **locação de equipamento médico hospitalar com fornecimento de insumos e componentes para realização de exames** contínuo, em razão de sua:

1.4.4.3.1. **Essencialidade:** do serviço decorre do seu impacto direto na **eficácia clínica e terapêutica**, permitindo a detecção precoce de patologias, planejamento cirúrgico e acompanhamento de tratamentos, reduzindo riscos para os pacientes e otimizando recursos hospitalares. A ausência desse serviço comprometeria o tempo de resposta no diagnóstico e acarretaria **custos elevados com a terceirização dos exames**, além de riscos operacionais relacionados ao deslocamento de pacientes críticos para unidades externas.

1.4.4.3.2. **Habitualidade:** se justifica pela **frequência contínua dos exames**, imprescindíveis para diagnósticos precisos em diversas especialidades médicas, como **neurologia, ortopedia, cardiologia e oncologia**. O fluxo regular de exames demonstra a necessidade permanente do serviço para a operacionalização eficiente do hospital.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação visa assegurar a continuidade ininterrupta dos serviços de diagnóstico por imagem no âmbito do Hospital da Polícia Militar do Paraná (HPM/PR), tendo em vista o encerramento do contrato vigente, previsto para setembro de 2025.

O HPM/PR é referência na atenção à saúde da comunidade militar estadual, abrangendo mais de **42 mil usuários** distribuídos entre Curitiba, Região Metropolitana e o Litoral do Paraná. Sua estrutura assistencial é composta por:

- a) Unidade de Pronto Atendimento 24 horas;
- b) Unidades de Internação;
- c) Unidade de Terapia Intensiva (UTI);
- d) Ambulatório de Especialidades.

Tais unidades geram demanda contínua e crescente por exames de imagem, os quais são essenciais tanto para situações de urgência e emergência quanto para o acompanhamento clínico de pacientes internados ou ambulatoriais, subsidiando condutas terapêuticas em tempo oportuno. Atualmente, os exames são realizados por meio de infraestrutura locada, que contempla:

- a) Tomógrafo computadorizado;
- b) Sistema CR para digitalização de radiografias;
- c) Dois aparelhos de ultrassonografia;
- d) Sistema PACS para arquivamento e distribuição de imagens;
- e) Serviço contínuo de emissão de laudos médicos.

O expressivo volume de exames realizados (Tomografia e RX), nos últimos anos evidencia a relevância e a imprescindibilidade dessa estrutura para o funcionamento do hospital:



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 22 de 74

Ano	Total de Exames TC/RX
2021	12.971
2022	13.653
2023	10.975
2024	13.625

Média anual (2021–2024): 12.806 exames. (fonte interna, relatórios mensais).

Tais números demonstram a elevada demanda assistencial e fundamentam de forma objetiva o quantitativo requerido, permitindo planejamento técnico compatível com a realidade do serviço e o dimensionamento da solução contratual. Qualquer interrupção nesse fluxo comprometeria seriamente o atendimento à população militar, ampliando riscos clínicos e comprometendo a resolutividade da assistência prestada.

Dessa forma, o presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo subsidiar a contratação de **nova solução integrada** para diagnóstico por imagem, composta por:

- Tomógrafo Computadorizado de no mínimo 64 canais** – maior capacidade de aquisição volumétrica e resolução de imagem, proporcionando agilidade e maior acurácia diagnóstica;
- Sistema de Radiografia Digital Direta (DR)** – substituindo o sistema CR, oferece maior eficiência na captação e transferência de imagens;
- Ultrassons Geral e Cardiológico** – com tecnologia de alta definição e transdutores multifrequenciais;
- Sistema PACS com armazenamento em nuvem e serviço de emissão de laudos médicos 24 horas por dia, 7 dias por semana** – assegurando rastreabilidade, segurança da informação e integração plena com o sistema de gestão clínica da instituição (HIS/PEP).

Refutação ao Art. 290 do Decreto Estadual nº 10.086/2022

Embora o art. 290 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 preveja a preferência pela utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), sua aplicação foi exaustivamente avaliada e formalmente inviabilizada, conforme a seguir:

- Inciso I – Contratações frequentes:** Inaplicável. A contratação de equipamentos e serviços especializados de diagnóstico por imagem configura-se como aquisição pontual e estratégica, não sendo de natureza rotineira.
- Inciso II – Entregas parceladas ou por unidade de medida:** Incompatível. O objeto envolve a locação contínua de infraestrutura médica integrada, que exige fornecimento global e ininterrupto, sem fracionamento ou medição unitária.
- Inciso III – Atender mais de um órgão:** Tentativa realizada, com elaboração e envio de DFD, ETP e demais documentos à SESA para viabilização da Intenção de Registro de Preços. Entretanto, conforme o **Despacho nº 3061/2025 – SESA/DAD**, constante no **E-Protocolo nº 23.987.165-8** (apensado a este processo), não houve adesão por outras unidades, frustrando a viabilidade do SRP.
- Inciso IV – Indefinição do quantitativo demandado:** Não aplicável. A demanda foi dimensionada com base em dados concretos de produção assistencial (2022 a 2024), permitindo estimativas precisas.

Diante disso, a presente contratação por licitação convencional é a alternativa juridicamente viável e tecnicamente adequada para garantir a continuidade dos serviços de imagem, considerados essenciais e estratégicos para o funcionamento do HPM/PR. A urgência e a natureza imprescindível da demanda tornam seu atendimento inadiável, sob-risco de prejuízo irreparável à assistência hospitalar prestada à população militar do Estado do Paraná.

Justificativa de contratos Plurianuais

A celebração de contrato com vigência de 60 (sessenta) meses é vantajosa para administração, uma vez que se trata de fornecimentos contínuos relevantes para o atendimento hospitalar.

A eventual descontinuidade no serviço de processamento de imagens de raios x comprometeria o serviço do HPM, podendo acarretar consequências graves aos usuários assistidos.

Com base no histórico dos processos anteriores regidos pela Lei 8666 de 1993, novo processo foi realizado a cada 12 meses, para manter o serviço, desta forma pode-se projetar vantagem administrativa na contratação por xx meses, em acordo com os princípios da Lei 14.133 de 2021, coadunando com interesse público e eficiência em manter serviço contínuo relevante.

Ainda, pode-se observar que a opção do prazo de vigência do contrato de 60 (sessenta) meses, torna-se vantajosa para administração uma vez que se submete a Lei 14.133, de 2021, assegurando vantajosidade

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio de 2025.



econômica para Administração, nos termos do Art. 106 da cita lei, visto que, o procedimento administrativo permitirá concorrência entre as interessadas, propiciando menor preço de contratação e está em concordância com o disposto no Acórdão nº 1.214/2013, ao prever índice econômico oficial de reajuste:

Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário – TCU

“ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

(...)

9.1.17. A vantajosidade econômica para a prorrogação dos contratos de serviço continuada estará assegurada, dispensando a realização de pesquisa de mercado, quando:

(...)

9.1.17.2 houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais;” (nosso grifo).

Em última análise, pode-se afirmar que a contratação plurianual cria uma estabilidade, tanto para a Administração Pública, quanto para a empresa prestadora do serviço, pois mantém o serviço de uso prolongado e reduz custo administrativo devido aumento do lapso temporal entre licitações.

Quanto à previsão de reajuste, considerando intenção de contratação por 60 (sessenta), faz-se necessária a previsão legal de possibilidade de reajuste de preços do contrato, uma vez que é direito da pessoa jurídica interessada solicitar o reajuste de do contrato, com base em índice oficial para compensar os efeitos da desvalorização da moeda nos custos de produção ou dos insumos utilizados, reposicionando os valores reais originais pactuados, neste sentido, o presente estudo conclui como necessário incluir a previsão legal que esta descrita no item REAJUSTAMENTO deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução a ser contratada consiste na **locação integrada de equipamentos de diagnóstico por imagem**, acompanhada de todos os **serviços técnicos necessários** à sua instalação, operação, manutenção, suporte, integração e atualização, garantindo a **plena funcionalidade, disponibilidade contínua, segurança e conformidade regulatória**.

A contratada deverá fornecer os equipamentos especificados, seus acessórios e insumos essenciais, bem como todos os serviços complementares de infraestrutura, tecnologia da informação, treinamento e suporte, conforme requisitos mínimos definidos neste Termo de Referência.

Equipamentos a serem fornecidos

a) Tomógrafo Computadorizado Multislice (mínimo 64 canais)

Deverá atender integralmente aos requisitos estabelecidos no item 1.2.1, incluindo detector de estado sólido, recursos de baixa dose, softwares avançados de reconstrução de imagem, compatibilidade integral com os padrões DICOM 3.0 e interoperabilidade com o PACS/RIS/HIS do HPMPR.

b) Sistema de Radiografia Digital Direta (DR)

Conforme especificações do item 1.2.2, composto por dois detectores FPD 43×43, estação de aquisição dedicada, pós-processamento completo, conectividade DICOM/HL7 e integração nativa com a infraestrutura de TI existente.

c) Equipamento de Ultrassonografia Geral e Cardiológica

Em conformidade com o item 1.2.3, devendo incluir transdutores obrigatórios, tecnologias avançadas de imagem, console multipropósito e integração plena com PACS.

d) Sistema PACS/RIS em Nuvem com Emissão de Laudos 24/7

Atendendo ao previsto no item 1.2.4, com armazenamento redundante, ferramentas avançadas de diagnóstico, arquitetura em nuvem segura, emissão de laudos contínuos e interoperabilidade por meio de DICOM/HL7/API.

Serviços integrantes da solução

A contratada deverá executar todos os serviços técnicos necessários para garantir a funcionalidade e continuidade operacional dos equipamentos, incluindo:

Instalação, Comissionamento e Integração

Transporte, montagem e instalação.

Vistoria técnica e adequação da infraestrutura elétrica, lógica e física.

Testes de aceitação, comissionamento e calibração inicial.

Integração completa com os sistemas PACS/RIS/HIS/PEP.

Calibração e Controle de Qualidade

Execução de calibrações iniciais e periódicas, conforme normativos vigentes.

Emissão de certificados por profissional habilitado.



Registro e apresentação periódica de relatórios técnicos.

Treinamento

Treinamento teórico e prático para operadores.

Reciclagens quando solicitadas ou em caso de atualizações do sistema.

Fornecimento de materiais instrucionais e manuais em português.

Manutenção e Suporte Técnico

Manutenção preventiva de acordo com cronograma do fabricante.

Manutenção corretiva com os seguintes prazos:

Suporte remoto: até 2 horas;

Atendimento presencial: até 12 horas úteis;

Substituição de peças: até 72 horas;

Substituição integral do equipamento (quando aplicável): até 7 dias.

Registro completo do histórico de manutenção e disponibilidade.

Fornecimento de Insumos e Acessórios

Fornecimento de todos os insumos essenciais ao funcionamento dos equipamentos, conforme especificações dos itens 1.2.1 a 1.2.3.

Fornecimento de cabos, conectores, suportes e demais itens técnicos obrigatórios.

Sistema PACS/RIS e Emissão de Laudos

Armazenamento seguro em nuvem com backup e redundância.

Ferramentas de visualização e pós-processamento.

Laudos médicos e odontológicos emitidos 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Adequações de segurança e privacidade segundo a LGPD.

Requisitos de Desempenho e Níveis de Serviço (SLA)

A solução deverá garantir:

Disponibilidade mínima de **98%** para os equipamentos.

Disponibilidade mínima de **99,5%** para o PACS/RIS em nuvem.

Prazos de emissão de laudos conforme classificação (urgência/eletivo).

Atendimento e suporte técnico conforme prazos estabelecidos.

Atualizações Tecnológicas

A contratada deverá garantir:

Atualizações de software em até 60 dias após liberação pelo fabricante.

Implementação de melhorias e correções sem custo adicional.

Atualizações de hardware quando indispensáveis à continuidade operacional.

Conformidade Regulatória

Toda a solução deverá observar integralmente:

Normas da ANVISA (RDC 611/2022 e correlatas);

Normas da ABNT e IEC aplicáveis;

Regras da CNEN, quando aplicável;

Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

Diretrizes das entidades profissionais competentes.

Entregáveis Finais

Ao término do contrato, a contratada deverá entregar:

Relatório técnico consolidado com histórico de manutenções, atualizações e disponibilidade.

Documentação completa, incluindo manuais, diagramas, senhas administrativas e registros de calibração.

4. PESQUISA DE PREÇOS

4.1. Informamos que a pesquisa de preço foi realizada em conformidade ao artigo 368 do Decreto Estadual 10.086/2022. Os meios utilizados para a composição da cesta de preços, visando aferir o preço de mercado, e visando maior amplitude possível de fontes, foram:

4.1.1. I e II- Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços, nos bancos de preços do Sistema GMS, ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente:

4.1.1.1.Cotação com Preço Registrado no sistema GMS: Não foi localizado, segue em pesquisa de mercado sem êxito.

4.1.1.2.Portal Nacional de Contratações Públicas- PNCP: localizado processos os quais foram utilizados na formação de preço conforme mapa de preço e segue em pesquisa de mercado;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio de 2025.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 25 de 74

4.1.1.3. Banco de preços da saúde: não foi utilizado parâmetro devido ser prestação de serviço;

4.1.1.4. Paine de Preço <https://paineldepregos.planejamento.gov.br>: localizado processos os quais foram utilizados na formação de preço conforme mapa de preço e segue em pesquisa de mercado;

Compras net <http://comprasnet.gov.br/Livre/Ata/ConsultaAta00.asp>: Não foi localizado, segue em pesquisa de mercado sem êxito.

4.1.1.5. Informo que foi aplicado reajuste nos valores e utilizado a **Calculadora do IPCA** segue em anexo na pesquisa de preço <https://www.ibge.gov.br/>.

4.1.2. III - Utilização de dados de pesquisa de preços publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo estadual ou federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso:

4.1.2.1. Para o presente objeto, **a prestação do serviço não se aplica a essa metodologia de pesquisa**, tendo em vista a ausência de referências específicas e atualizadas em fontes públicas ou tabelas padronizadas que reflitam a as particularidades do serviço.

4.1.3. IV - a pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores ou prestadores de serviços, conforme o caso, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores:

4.1.3.1. Realizada pesquisa de preço no sistema GMS e enviada o aviso aos fornecedores que possuem o cadastro no GMS, pesquisas nº 24973 e 24975/2025 respeitando os **05 dias úteis**, foram enviadas a todos os fornecedores da classe (6508 e 0606) do item licitado, o qual 24973 tivemos retorno, Fornecedor: 06.088.486/0002-29 FILIAL - SAMIR SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA;

4.1.3.2. Realizada solicitação de orçamento como pesquisa direta aos Fornecedores por e-mail, **08 dias úteis** (do dia 5/08/25 ate dia 15/08/2025) para retorno, o qual não teve retorno e foi realizada a prorrogação (do dia 19/08/2025 a 26/08/2025), enviado em anexo ao email o **TERMO DE COTAÇÃO (elaborado conforme minuta Minuta_Resolução_119_20232_atualizadaout_maio_2025)** com as especificações e local prestação do serviço, enviados para 68 empresas onde somente 02 empresas do ramo responderam com cotação valida conforme planilha:

Nº	REGIÃO	NOME	CNPJ	PORTE	E-MAIL	RESPOSTA
1	Santa Catarina	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	56.998.701/0034-84	DEMAIS	patricia.perenyi@abbott.com rodrigo.kaviski@abbott.com	Sem contato
2	Londrina	AEROMEDICA CLINICA MEDICA E ODONTOLOGIA LTDA.	13.920.057/0001-50	EPP	prepara.negocios@gmail.com	Sem contato
3	Lidianopolis	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LIDIANÓPOLIS	01.388.389/0001-57	DEMAIS	apaedelidianopolis@gmail.com lidianopolis@apaep.org.br	Sem contato
4	Ponta Grossa	ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BOM JESUS.	75.608.547/0001-73	DEMAIS	adm@hcorbj.com.br processos@hcorbj.com.br	Sem contato
5	Curitiba	BABYCARE SERVICOS DE SAUDE LTDA	05.503.803/0001-82	DEMAIS	isabella.casagrande@laresaude.com.br	Sem contato
6	Curitiba	BABYCARE SERVICOS DE SAUDE LTDA	05.503.803/0001-82	DEMAIS	isabella.casagrande@laresaude.com.br	Sem contato
7	São Paulo	BECTON DICKINSON INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA	21.551.379/0007-93	DEMAIS	francieli.Debatista@bd.com brasil_licitacoes@bd.com	Sem contato
8	Guarapuava	BIOCLIN LABORATORIO CLINICO LTDA	77.118.826/0001-84	ME	bioclin_laboratorio@hotmail.com	Sem contato
9	Curitiba	CADI SERVICOS MEDICOS S/A	26.406.968/0001-06	DEMAIS	cadastro@cadigestao.com.br licitacao@cadigestao.com.br	Sem contato
10	Cascavel	CEDOC CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ODONTOLÓGICA DE CASCAVEL LTDA	00.601.970/0001-42	ME	cedoc@cedoc.com.br claudio@cedoc.com.br	Sem contato
11	Londrina	CENTRO DE PATOLOGIA E ANALISES CLINICAS DE LONDRINA LTDA	80.507.429/0001-09	DEMAIS	financeiro@clinilab-clinimagem.com.br	Sem contato
12	Cascavel	CINECOR CARDIOLOGIA	04.242.117/0001-32	EPP	adm@lorenzoassociados.com.br cinecor@hotmail.com	Sem contato

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio de 2025.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 26 de 74

		INVASIVA LTDA				
13	São Paulo	CIRURTECH COMERCIO E MANUTENÇÃO DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA	18.836.913/0001-08	EPP	acf.instrumental@gmail.com thiago@speharconsultores.com.br	Sem contato
14	Paranaguá	CLINI-LAB CENTRO MEDICO AUXILIAR LTDA	78.179.363/0001-23	EPP	clinilab@onda.com.br clinilabfaturamento@gmail.com	Sem contato
15	Pinhais	CLINILABOR LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA	85.070.340/0001-41	EPP	adm01@lcalab.com.br financeiro01@lcalab.com.br	Sem contato
16	São Paulo	CNOGA MEDICAL BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.	23.209.756/0001-40	DEMAIS	administrativo@cnogabrasil.com.br financeiro@cnogabrasil.com.br tiago@brasmedica.com.br	Sem contato
17	São Paulo	COMERCIAL 3 ALBE LTDA	74.400.052/0001-91	DEMAIS	comercial@3albe.com.br rodrigo@3albe.com.br eduardo@3albe.com.br	Sem contato
18	Umuarama	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CISA/AMERIOS - 12ª R. S.	86.689.023/0001-70	DEMAIS	controleinterno@cisaamerios.com.br	Sem contato
19	Rio de Janeiro	D3 BRAZIL SUPRIMENTOS LTDA	35.741.003/0001-60	DEMAIS	lavecleanservicos@gmail.com	Sem contato
20	Francisco Beltrão	DASSOLER - LABORATORIO DE CITOPATOLOGIA LTDA	14.073.036/0001-00	ME	citofb@hotmail.com mariodassoler@gmail.com	Sem contato
21	São José dos Pinhais	DB - MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA.	12.433.420/0001-40	DEMAIS	fiscal@dbdiagnosticos.com.br comercial@flukka.com.br nilton.novelli@dbdiagnosticos.com.br regulatorio.matriz@dbdiagnosticos.com.br	Sem contato
22	Santa Catarina	DGM Soluções Radiológicas	23.376.852/0001-83	EPP	devandrosch@yahoo.com.br	Sem contato
23	Colombo	DIAGNOLAB LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA	01.132.716/0001-05	ME	clinilab@labclinilab.com	Sem contato
24	Ceará	DIGITAL SOLUCOES LTDA	10.380.969/0001-99	ME	digital.solucoesjuazeiro@gmail.com	Sem contato
25	Espírito Santo	ENDOGERAIS EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	08.697.852/0001-91	EPP	endogerais@endogerais.com.br vendas3@endogerais.com.br	Sem contato
26	Francisco Beltrão	EXAME -CENTRO DE DIAGNOSTICOS LTDA	81.271.553/0001-80	EPP	julie@muralhacontabil.com.br	Sem contato
27	São Mateus do Sul	FENIX ANALISES CLINICAS LTDA	23.838.771/0001-58	ME	laboratoriofenix2016@gmail.com	Sem contato
28	São Paulo	FLUKKA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA	10.450.805/0001-90	EPP	jarturz@labbecker.com.br	Sem contato
29	Arapongas	GASOT E MARQUES SERVICO DE RADIOLOGIA LTDA	35.502.138/0001-73	ME	unirad.radiologia@gmail.com	Sem contato
30	Irati	GUTYA LABORATORIO DE CITOLOGIA DIAGNOSTICA S/S LTDA	08.646.552/0001-83	ME	alvoradacontabilidade@alvoradacontabilidade.com previncito@hotmail.com	Sem contato
31	Curitiba	HI TECHNOLOGIES LTDA	07.111.023/0001-12	DEMAIS	contrate@hitechnologies.com.br financeiro@hitechnologies.com.br juridico@hitechnologies.com.br	Sem contato
32	São Paulo	HITEC MEDICAL COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	32.243.752/0001-70	EPP	contato@hitecmedical.com.br	Sem contato
33	Londrina	INSTITUTO DE	75.735.886/0001-10	EPP	financeiromicropar@gmail.com	Sem contato

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio de 2025.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 27 de 74

		ANATOMIA PATOLOGICA E CITOLOGIA DO PARANA LTDA			qualidademicropar@gmail.com	
34	Minas Gerais	INSTITUTO HERMES PARDINI S/A	19.378.769/0053-05	DEMAIS	licitacao@grupopardini.com.br administrativo@phdlaboratorio.com.br	Não comercializa
35	Rio Grande do Sul	ITS SERVIÇOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	38.318.916/0001-67	EPP	intersul@intersulrs.com.br	Sem contato
36	Reserva	L.B.M ANALISES CLINICAS LTDA	27.550.064/0001-12	ME	brunolobascz20@outlook.com	Sem contato
37	Rio Grande do Sul	LABMEDIC COMERCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	21.947.632/0001-37	DEMAIS	labmedic@labmedic.com.br licitacao@labmedic.com.br	Sem contato
38	Colombo	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DAS NAÇÕES LTDA	82.658.840/0003-72	DEMAIS	comercial@lanac.com.br	Sem contato
39	Campo Largo	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS ANDREASSA & LECK LTDA	01.540.028/0001-84	EPP	administrativo@biolag.com.br comercial@biolag.com.br	Sem contato
40	Cascavel	LABORATORIO DE ANAT PATOL E CITOLOGIA DO OESTE LTDA	81.076.390/0001-85	DEMAIS	cris@labapc.com.br	Sem contato
41	Campo Mourão	LABORATORIO EXAME LTDA	21.799.088/0001-23	EPP	fiscal@escritoriorenome.com.br	Sem contato
42	Cascavel	LABORATORIO LARSSAM LTDA	07.658.785/0001-33	ME	suelembassan@hotmail.com tai_mara@hotmail.com	Sem contato
43	Rolândia	LABORMED SOCIEDADE SIMPLES LTDA	76.125.558/0001-65	EPP	mariafernanda@labormedonline.com.br	Sem contato
44	Bahia	LIMATEC INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA	13.825.298/0001-10	EPP	limaterccorp@gmail.com	Não encontrado
45	Guarapuava	LOBO BRAVO SERVIÇOS LTDA	13.983.510/0001-78	ME	lobobravogeneradores@gmail.com	Sem contato
46	Campo do Tenente	LOCARE LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	72.273.907/0001-35	ME	online@locare.com.br	Sem contato
47	Curitiba	LUXVIDA GESTAO E SAUDE LTDA	27.264.067/0001-90	ME	admluxvida@gmail.com	Sem contato
48	Londrina	LV NETO TRANSPORTES	33.667.567/0001-75	ME	lvneto.com@gmail.com	Sem contato
49	Campo Mourão	M. ROSIN E CIA LTDA	73.442.667/0001-18	EPP	labdrmauricio@hotmail.com	Sem contato
50	Guarapuava	MACEDO & AMBROSINI LABORATORIO LTDA	05.278.906/0001-96	DEMAIS	labmestre2015@gmail.com veronika_ambrosini@hotmail.com	Sem contato
51	Londrina	MAIS SAUDE ATENDIMENTO DOMICILIAR LTDA	19.283.087/0001-80	DEMAIS	suporte@corretoraproducao.com.br	Sem contato
52	Rio Grande do Sul	NUCLEORAD SOLUÇÕES EM PROTEÇÃO RADIOLÓGICA LTDA	26.312.795/0001-67	EPP	adriano@nucleorad.com.br comercial@nucleorad.com.br	Sem contato
53	Prudentópolis	ODILON MARCEL BINI ME	13.437.456/0001-65	ME	labhemoplasma@hotmail.com odilonbini@hotmail.com	Sem contato
54	Pato Branco	PHD - LABORATORIO DE PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA DO SUDOESTE LTDA	09.230.650/0001-06	EPP	patologiapb@hotmail.com	Não comercializa
55	Telêmaco Borba	PRO-IMAGEM TELEMACO BORBA LTDA	36.623.240/0001-90	DEMAIS	nina.andrade@proimagemtb.com.br	Sem contato
56	São José dos Pinhais	REGIONAL SAUDE ASSESSORIA E	24.615.179/0001-50	EPP	contratos@contassi.com.br	Sem contato

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio de 2025.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 28 de 74

		GESTAO LTDA				
57	São José dos Pinhais	REGIONAL SAUDE ASSESSORIA E GESTAO LTDA	24.615.179/0001-50	EPP	contratos@contassi.com.br	Sem contato
58	Cascavel	S.COSTA & CIA LTDA.	28.828.821/0001-30	ME	mateus_foltz@hotmail.com silvonei.costa022@gmail.com	Sem contato
59	Telêmaco Borba	S.I2.M - SISTEMA INTEGRADO DE SERVICOS DE RAIOS-X E DIAGNOSTICOS POR IMAGEM LTDA	05.055.855/0001-33	DEMAIS	thais@clinicasiim.com.br	Sem contato
60	São Paulo	SAMIR SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA	06.088.486/0002-29	DEMAIS	nfe@gruposamir.com.br licitacao.comercial@gruposamir.com.br financeiro02@samirgroup.com.br	COTAÇÃO
61	Itaperuçu	SUHLAB LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA.	19.051.862/0002-52	EPP	financeiro01@lcalab.com.br	Sem contato
62	Rio de Janeiro	TECMED EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.	09.012.353/0001-86	ME	administrativo@tecmed.com.br	Sem contato
63	Prudentópolis	TERNOSKI LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA - ME	05.991.599/0001-96	ME	lab.analises@hotmail.com	Sem contato
64	Assis Chateaubriand	TOSHIFUMI TAKEMOTO & CIA.LTDA	77.099.364/0001-03	ME	serip25@hotmail.com	Sem contato
65	Ribeirão Preto	ULTRA-SOM EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	07.149.505/0001-61	DEMAIS	bruno.oliveira@bluehealth.com.br	Sem contato
66	São Paulo	VALMIG COMERCIO E ASSESSORIA TECNICA DE EQUIPAMENTOS LTDA	54.884.440/0001-88	DEMAIS	licitacoes@valmig.com	Sem contato
67	São Mateus do Sul	VIDALABOR LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA	04.254.482/0001-67	ME	vidalaborlaboratorio@hotmail.com	Sem contato
68	Ceará	SUPORTE IMAGEM COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.	07.589.862/0001-40	EPP	vanessa@suporteimagem.com.br	COTAÇÃO

4.1.3.3.Escolha dos fornecedores: Foi enviado pelo setor demandante (Centro de Diagnostico) e foi realizada uma busca no sistema GMS com fornecedores da classe (0608 e 0606), com intuito de atingir o maior numero possível de prestadores do serviço, atingindo a quantidade de 68 empresas.

4.1.3.4. Constatou-se que a empresa **SAMIR SERVIÇOS RADIOLÓGICOS LTDA** encaminhou resposta à pesquisa de preços por dois meios distintos: via sistema GMS e via e-mail. Contudo, verificou-se a utilização de **CNPJ diferentes**, sendo que, no sistema GMS, a resposta foi registrada em nome da **filial (CNPJ nº 06.088.486/0002-29)**, enquanto no e-mail constou o **CNPJ da matriz (CNPJ nº 06.088.486/0001-48)**. Diante dessa duplicidade, para fins de validade e consolidação da pesquisa, foi considerada **apenas a proposta apresentada pela matriz**, desconsiderando-se a repetição da filial.

4.1.4. V - a pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas ou no aplicativo Notas Paraná:

4.1.4.1. Realizado consulta Menor Preço <https://compras.menorpreco.pr.gov.br>: Não foi localizado, segue em pesquisa de mercado sem êxito;

4.1.5. VI – Tabelas oficiais:

4.1.5.1. Para o presente objeto, **a prestação do serviço não se aplica a essa metodologia de pesquisa**, tendo em vista a ausência de referências específicas e atualizadas em fontes públicas ou tabelas padronizadas que reflitam a complexidade e as particularidades do serviço.

4.2. Utilizou-se a média saneada para determinação do valor máximo para o presente processo, conforme Decreto n.º 10.086, de 2022:



§1º A utilização, ou não, de quaisquer dos parâmetros constantes dos incisos I a VI do caput deste artigo deverá ser devidamente justificada pela autoridade competente.

§ 3º Para a obtenção do valor estimado da contratação, serão utilizados como métodos a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços e previamente condensados no mapa de formação de preços, sempre de forma justificada, e desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata os incisos I a VI do caput deste artigo.

§ 5º Deverão ser desconsiderados para os fins do contido no §§ 3º e 4º deste artigo os valores inexecutáveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

4.2.1. Optou-se pela aplicação da metodologia de Média Saneada, com o objetivo de eliminar distorções nos valores obtidos na pesquisa de preços, garantindo uma amostra mais representativa e homogênea. A metodologia prevê a exclusão de valores que se encontram fora dos limites previamente estabelecidos, promovendo, assim, uma maior precisão na definição da média.

4.2.2. Durante a análise dos preços coletados, verificou-se a existência de distorções significativas na amostra, comprometendo sua homogeneidade. Em conformidade com as boas práticas de análise de dados e normativas correlatas, foi adotada uma abordagem de avaliação crítica dos valores apresentados. Para assegurar que apenas valores adequados sejam considerados, recorreu-se ao uso do Coeficiente de Variação (CV) como critério técnico de homogeneidade da amostra. Com base em parâmetros de confiabilidade estatística, definiu-se um limite de 25% para o Coeficiente de Variação, sendo esse critério um referencial objetivo para excluir valores discrepantes e garantir a consistência da análise.

4.2.3. A aplicação da Média Saneada (MS) se baseia nos seguintes cálculos:

- Cálculo do Desvio-Padrão (DP) da amostra;
- Adição do Desvio-Padrão à Média (M) para determinar o Limite Superior (LS);
- Subtração do Desvio-Padrão da Média para estabelecer o Limite Inferior (LI).

4.2.4. Os valores que se encontram fora dos limites superior e inferior são desconsiderados para efeito de cálculo, assegurando que a amostra utilizada seja composta por dados estatisticamente representativos, em consonância com os princípios da razoabilidade e eficiência, conforme preceitua o art. 37 da Constituição Federal e a Lei nº 14.133/2021.

4.2.5. Essa metodologia visa garantir que a formação do preço esteja alinhada com o princípio da economicidade e da vantajosidade, assegurando que os valores adotados sejam os mais próximos da realidade do mercado, sem influências de preços anômalos que poderiam comprometer a justa composição da base de cálculo.

4.3. Certifico que o valor previamente estimado neste processo é compatível com o praticado no mercado conforme os valores localizados na PESQUISA DE PREÇO.

4.4. Na presente licitação **não** será admitida proposta parcial, considerando que:

- a possibilidade de ofertar proposta parcial prejudicará o ganho em escala, se mostrando desvantajoso para a Administração Pública;
- as empresas possuem capacidade para atendimento à totalidade do objeto;
- fica inviável o controle logístico no gerenciamento do contrato;

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1. A presente contratação não será parcelada, tendo em vista a interdependência técnica e operacional entre os componentes da solução, que compreendem: a locação de tomógrafo computadorizado multislice (mínimo 64 canais), o sistema de radiografia digital (DR) com notebook e dois receptores destinados exclusivamente a exames de raios X convencionais, o sistema PACS em nuvem com infraestrutura de conectividade e backup, e o serviço de emissão de laudos médicos remotos (telerradiologia), operando 24 horas por dia, 7 dias por semana.

5.2. Tais elementos constituem um conjunto integrado e funcionalmente inseparável, no qual os equipamentos de imagem dependem diretamente da infraestrutura digital para armazenamento, distribuição e laudo das imagens médicas, conforme requisitos técnicos e normativos.

5.3. Ressalta-se que, embora o sistema DR ora contratado não contemple o RX odontológico, os equipamentos odontológicos já existentes no CDI, incluindo o RX odontológico e a tomografia odontológica, serão integrados ao PACS, viabilizando a centralização e o gerenciamento das imagens por meio da mesma plataforma, com interoperabilidade plena e rastreabilidade contínua.

5.4. O fracionamento da contratação acarretaria risco de incompatibilidade entre sistemas, maior complexidade na fiscalização contratual, prejuízo à continuidade assistencial e aumento de custos



operacionais, contrariando os princípios da economicidade, eficiência, padronização e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

- 5.5. Assim, a opção pela contratação em lote único encontra respaldo técnico, econômico e jurídico, estando de acordo com o disposto no inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no inciso VIII do § 1º do art. 15 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

6. SUSTENTABILIDADE

6.1. O contratado adotará as seguintes práticas de sustentabilidade:

- I. que adote medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- II. que observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, ou outra que venha sucedê-la, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- III. que forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- IV. que realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- V. que realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº 4.167, de 20 de janeiro de 2009; que respeite as Normas Brasileiras — NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos;
- VI. que preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Lei nº 16.075, de 1º de abril de 2009.

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 7.1. O presente processo será conduzido na modalidade Pregão Eletrônico, permitindo a participação de empresas enquadradas como Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), bem como aquelas em ampla concorrência, conforme o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, em atenção ao princípio da isonomia e da ampla competitividade.
- 7.2. Todavia, não será aplicada a reserva de cota de até 25% do objeto licitado prevista no art. 48, inciso III, da LC nº 147/2014, que alterou a LC nº 123/2006, devendo ser aplicada apenas quando vantajosa e tecnicamente viável.

7.2.1. Fundamentação legal

Nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006:
"Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando: (...) III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado."

7.2.2. Além disso, a Lei nº 14.133/2021 reforça que não se deve fracionar o objeto quando a divisão comprometer a eficiência, economia de escala ou continuidade da prestação dos serviços.

7.3. Justificativa técnica e operacional

7.3.1. O objeto desta contratação é **tecnicamente integrado e funcionalmente indivisível**, composto por:

- a) **Tomógrafo computadorizado multislice** (mínimo 64 canais);
- b) **Sistema DR (radiografia digital)** com estação de aquisição e dois detectores;
- c) **Sistema PACS em nuvem**, com infraestrutura de conectividade e backup;
- d) **Serviço de emissão de laudos médicos (telerradiologia 24/7).**

7.3.2. Esses elementos operam de forma **interdependente**, exigindo **padronização técnica, interoperabilidade digital e execução integrada**. A eventual fragmentação contratual traria prejuízos, tais como:

- a) Risco de incompatibilidade entre sistemas e fornecedores distintos;
- b) Prejuízo à rastreabilidade clínica e segurança da informação;
- c) Dificuldade de fiscalização, com dispersão de responsabilidades;
- d) Potencial descontinuidade de serviços essenciais de saúde.

7.4. Impactos administrativos e interesse público

- a) A adoção de reserva de cota para ME/EPP, neste caso, violaria os princípios da:
- b) Eficiência e economicidade (Lei nº 14.133/2021);
- c) Padronização e continuidade do serviço público;
- d) Supremacia do interesse público sobre o particular, especialmente em serviços de saúde pública.



- 7.5. Diante da complexidade e indivisibilidade técnica do objeto, da interdependência dos sistemas contratados, e da potencial perda de eficiência, rastreabilidade e continuidade dos serviços assistenciais não se revelam viável nem vantajosa à aplicação do art. 48 da LC nº 123/2006, conforme autoriza expressamente o art. 49, inciso III da referida Lei.
- 7.6. Assim, justifica-se a não aplicação da cota de até 25% para ME/EPP nesta contratação, com respaldo legal e técnico, priorizando o interesse público, a integridade da solução contratada e a prestação contínua dos serviços à população.
- 7.7. Fica mantido a aplicação do **empate ficto** previsto no art. 44 e art. 45 da LC 123/2006.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMO COMUNS

- 8.1. O objeto da presente contratação, que compreende a locação de equipamentos médicos de diagnóstico por imagem, com serviços associados de instalação, calibração, manutenção, suporte técnico, fornecimento de insumos e integração com sistemas digitais, configura-se como serviço comum, conforme definição do art. 6º, inciso XXVII, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 392, inciso I, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, por se tratar de serviço de caráter continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, e com padrões de qualidade objetivamente definidos no edital.
- 8.2. Os serviços contratados não envolvem atividades com execução indireta vedada, conforme o art. 414 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, tampouco se enquadram nas hipóteses que exigem contratação de natureza técnica especializada ou intelectual. Pelo contrário, são serviços com especificações usuais de mercado, passíveis de comparação objetiva de propostas, característica essencial à definição de bens e serviços comuns.
- 8.3. A execução contratual não pressupõe vínculo empregatício entre os profissionais da empresa contratada e a Administração, sendo vedada a pessoalidade, a subordinação direta ou o controle funcional por parte do órgão contratante, nos termos do art. 394 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.
- 8.4. A locação de equipamentos de imagem médica com serviços agregados se enquadra nessa definição, visto que:
- 8.4.1. Os requisitos técnicos dos equipamentos (tomógrafos, DR, ultrassons), suas funcionalidades e especificações operacionais são padronizados e amplamente conhecidos no mercado;
- 8.4.2. Os serviços acessórios (manutenção, calibração, fornecimento de insumos, treinamento e suporte) também seguem rotinas técnicas consolidadas e mensuráveis por critérios objetivos;
- 8.4.3. Os níveis de desempenho exigidos podem ser claramente definidos no edital e aferidos durante a execução contratual, como, por exemplo, índice mínimo de disponibilidade técnica, tempo de resposta para manutenção e parâmetros de qualidade da imagem.
- 8.5. Diante do exposto, conclui-se que o objeto desta licitação enquadra-se legalmente como serviço comum, sendo adequada e juridicamente válida sua contratação por meio da modalidade pregão eletrônico, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 10.086/2022, assegurando a economicidade, a eficiência administrativa e a ampla concorrência.

9. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

- 9.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 9.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
- 9.1.2. A presente contratação visa garantir a continuidade e a modernização dos serviços de diagnóstico por imagem no Hospital da Polícia Militar do Paraná (HPMPR), por meio da locação integrada de soluções tecnológicas e assistenciais, cujos requisitos essenciais são:
- 9.1.2.1. Tomógrafo Computadorizado Multislice (mín. 64 canais): aquisição volumétrica com alta resolução, mesa motorizada ≥ 200 kg, software de reconstrução (3D, MPR), sistema de redução de dose e compatibilidade com PACS, conforme item 1.2 deste Termo de Referência.
- 9.1.2.2. Sistema de Radiografia Digital (DR): dois detectores de painel plano I(FPD) e estação de aquisição em notebook robusto, para exames de RX convencionais, conforme item 1.2 deste Termo de Referência.
- 9.1.2.3. Dois aparelhos de Ultrassom: um geral e outro cardiológico, com transdutores obrigatórios (convexo, linear, setorial) e modos Doppler completos, conforme item 1.2 deste Termo de Referência.
- 9.1.2.4. Sistema PACS em nuvem com emissão de laudos 24/7: interoperabilidade com HIS/RIS/PEP, armazenamento seguro, integração com todos os equipamentos de imagem e suporte técnico contínuo, conforme item 1.2 deste Termo de Referência.
- 9.1.2.5. Instalação completa e integração com a infraestrutura hospitalar (incluindo vistoria técnica prévia e adequações elétricas e lógicas) conforme item 1.2 deste Termo de Referência.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 32 de 74

9.1.2.6. Calibração inicial e periódica dos equipamentos conforme norma técnica e com emissão de certificados.

9.1.2.7. Manutenção preventiva e corretiva, com prazos definidos de resposta e substituição de peças.

9.1.2.8. Treinamento teórico e prático da equipe operacional, com fornecimento de manuais em português.

9.1.2.9. Fornecimento contínuo de insumos e acessórios compatíveis, incluindo meio de contraste, dry films, seringas compatível, cabos, etc.

9.1.2.10. Prestação contínua dos serviços, com garantia mínima de disponibilidade técnica de 98%.

9.1.2.11. Integração plena com o PACS, centralizando e garantindo rastreabilidade das imagens (inclusive odontológicas).

9.1.2.12. Segurança da informação e conformidade legal com a LGPD, ANVISA, CFM, CNEN, entre outras normas vigentes.

9.1.2.13. Plano de descarte e sustentabilidade, assegurando destinação ambientalmente correta ao término contratual.

9.1.3. Duração inicial de 60 meses, isso, pois a celebração de contrato com vigência de 60 (sessenta) meses, é vantajosa para administração, uma vez que se trata de serviços contínuos relevantes para o atendimento médico-hospitalar e a eventual descontinuidade dos serviços comprometeria o serviço do HPM;

9.1.4. Não é necessária a transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

9.1.5. Soluções do mercado:

Solução	Modalidade	Vantagens	Desvantagens
1 - Tomógrafo Computadorizado	Compra	Propriedade do equipamento; autonomia técnica.	Alto custo inicial; obsolescência tecnológica.
1 - Tomógrafo Computadorizado	Comodato	Dispensa aquisição direta; possível viabilidade com insumos.	Dependência contratual; custos indiretos ocultos.
1 - Tomógrafo Computadorizado	Locação	Diluição de custo; suporte técnico incluso; mitigação de obsolescência.	Dependência contratual; possível custo acumulado elevado.
2 - Sistema de Radiografia Digital DR	Compra	Independência operacional; controle de atualização.	Alto investimento inicial; manutenção por conta própria.
2 - Sistema de Radiografia Digital DR	Comodato	Redução do investimento inicial; vínculo com insumos.	Menor autonomia tecnológica; dependência do fornecedor.
2 - Sistema de Radiografia Digital DR	Locação	Rápida implantação; integração PACS; manutenção inclusa.	Requer rede estável; dependência contratual para suporte.
3 - Ultrassom Digital com Doppler	Compra	Controle total; customização livre	Custo elevado; risco de inatividade sem SLA.
3 - Ultrassom Digital com Doppler	Comodato	Isenção de investimento direto; fornecimento associado a serviços.	Suporte técnico limitado; riscos contratuais.
3 - Ultrassom Digital com Doppler	Locação	Atualização tecnológica; contrato com suporte e substituição.	Dependência contratual; impacto de falhas operacionais.
4 - Sistema PACS em Nuvem + Laudos 24/7	Compra (on-premises)	Controle local de dados e infraestrutura	Alto custo inicial; necessidade de equipe de TI dedicada.
4 - Sistema PACS em Nuvem + Laudos 24/7	Comodato	Menor investimento direto inicial	Restrição tecnológica; baixa escalabilidade
4 - Sistema PACS em Nuvem + Laudos 24/7	Locação (SaaS)	Escalabilidade; custo previsível; manutenção e suporte inclusos.	Necessita rede estável; acompanhamento rigoroso do SLA.

9.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 33 de 74

9.3. A quantidade estimada de deslocamentos:

9.3.1. Vistoria Técnica Inicial

9.3.1.1. 1 deslocamento para avaliação da infraestrutura física, elétrica, lógica e ambiental do local de instalação.

9.3.2. 2. Entrega Transporte e Montagem dos Equipamentos

9.3.2.1. 1 deslocamento por grupo de equipamentos principais (pode ser realizado em uma ou mais remessas, conforme o porte);

9.3.2.2. Estimativa: 2 a 3 deslocamentos logísticos;

9.3.3. Instalação, Configuração e Integração com o PACS.

9.3.3.1. 1 deslocamento técnico para instalação e integração de todos os sistemas (hardware e software).

9.3.4. Comissionamento, Calibração Inicial e Testes de Aceitação.

9.3.4.1. 1 deslocamento especializado para executar os testes, emitir laudos técnicos e realizar ajustes finais.

9.3.5. Treinamento Presencial da Equipe

9.3.5.1. 1 deslocamento da equipe de treinamento técnico e clínico.

9.3.6. Manutenções Preventivas

9.3.6.1. A quantidade de deslocamentos para manutenções preventivas não pode ser previamente estimada, pois dependerá do cronograma técnico previsto nos manuais dos fabricantes dos equipamentos. A execução dessas manutenções será feita conforme recomendação técnica específica de cada modelo, respeitando os padrões de desempenho e segurança definidos.

9.3.7. Eventuais Manutenções Corretivas

9.3.7.1. A estimativa depende do histórico de falhas (não previsível com precisão), mas pode-se estimar até 1 ocorrência/ano por sistema.

Etapas	Qtde Estimada
Vistoria técnica inicial	1
Transporte e entrega	2 a 3
Instalação e integração	1
Comissionamento e testes	1
Treinamento inicial	1
Manutenções preventivas (todos)	cronograma técnico
Manutenções corretivas (estimadas)	10
Total estimado	16 A 17

9.3.8. Não há a necessidade de hospedagem.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do Contratado:

10.1.1. executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

10.1.2. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

10.1.4. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.5. utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.6. zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

10.1.7. apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 34 de 74

- 10.1.8.** responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;
- 10.1.9.** atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;
- 10.1.10.** instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;
- 10.1.11.** instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;
- 10.1.12.** relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 10.1.13.** não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.1.14.** manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;
- 10.1.15.** manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;
- 10.1.16.** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- 10.1.17.** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
- 10.1.17.1.** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
- 10.1.17.2.** superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- 10.1.17.3.** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
- 10.1.17.4.** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
- 10.1.17.5.** impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- 10.1.17.6.** omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
- 10.1.18.** ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) e a respectiva documentação técnica associada, para livre uso e alteração pela Administração Pública em outras ocasiões, nos termos do artigo 93 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 10.1.19.** Ceder os direitos e fornecer os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio;
- 10.1.20.** Garantir ao contratante:
- 10.1.20.1.** o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 10.1.20.2.** os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do contratante.
- 10.1.21.** A empresa contratada deverá assumir integral responsabilidade trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária relativa a todos os profissionais vinculados à execução do contrato, incluindo, mas não se limitando a pagamento de salários, encargos sociais, adicionais legais, férias, 13º salário, FGTS e INSS;
- 10.1.22.** Assumir com exclusividade a responsabilidade pelo preenchimento adequado da CAT– Comunicação de Acidente de Trabalho de seu corpo técnico, empregados, prestadores de serviços, prepostos e terceiros, de todos os documentos e formulários relativos e Acidentes de Trabalho;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 35 de 74

10.1.23. A contratada deverá cumprir integralmente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD), responsabilizando-se por qualquer violação, vazamento, acesso indevido ou uso não autorizado de dados pessoais e sensíveis de pacientes, servidores ou demais usuários dos serviços de saúde;

10.1.24. Instruir, capacitar e monitorar sua equipe quanto ao correto tratamento de dados pessoais, ao sigilo profissional e à conduta ética no ambiente hospitalar;

10.1.25. Observar, sob pena de incorrer em infração contratual, todas as obrigações, responsabilidades e requisitos estabelecidos no Termo de Referência, nas especificações técnicas e nas condições de execução contratual, garantindo o fiel cumprimento do objeto pactuado;

10.1.26. Aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo HPM;

10.1.27. Normas para Instrutores:

10.1.27.1. O profissional responsável pelo treinamento deverá:

10.1.27.1.1. Possuir formação técnica ou superior em Radiologia, Física Médica ou Engenharia Biomédica;

10.1.27.1.2. Estar devidamente registrado no conselho profissional correspondente (CRTR, CNEN ou CRM);

10.1.27.1.3. Ter certificação emitida pelo fabricante do equipamento para operação e instrução;

10.1.27.1.4. Apresentar experiência mínima de 2 anos com equipamentos de mesma natureza e complexidade;

10.1.27.1.5. Atuar uniformizado (jaleco institucional) e com crachá funcional visível durante as atividades de capacitação;

10.1.27.1.6. Ministrará treinamento prático, personalizado e presencial, com entrega de materiais didáticos em português;

10.1.27.1.7. Garantir reciclagem dos operadores em até 30 dias, se solicitado, e após atualizações de software.

10.1.28. Conformidade e normas técnicas dos acessórios e componentes adicionais:

10.1.28.1. Todo o conjunto ofertado deverá estar em conformidade com registro na ANVISA (Registro/MS), certificados de conformidade elétrica, compatibilidade eletromagnética e segurança clínica, atendendo às normas ABNT NBR IEC 60601, CNEN NN 3.01 (se aplicável) e diretrizes do CFM e da ANVISA (RDC 611/2022).

10.1.28.2. Registro ativo na ANVISA para o equipamento e transdutores;

10.1.28.3. Certificações de segurança elétrica, compatibilidade eletromagnética e funcionamento clínico;

10.1.28.4. Atendimento às diretrizes técnicas da ANVISA, ABNT, CNEN (se aplicável) e CFM.

10.1.29. A contratada poderá fornecer equipamento seminovo, desde que comprove data de fabricação e início de uso não superior a 5 (cinco) anos, esteja tecnologicamente atualizado, em perfeito estado de funcionamento e conservação, com todos os componentes originais e íntegros, e acompanhado de certificação de desempenho emitida por profissional legalmente habilitado, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). A última atualização de software deverá ter sido realizada há, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses.

10.1.30. Assumir, de forma exclusiva, a Responsabilidade Técnica perante as autoridades/entidades profissionais, observando as normas técnicas e legais vigentes, para o correto e efetivo desempenho e execução dos serviços sob as atividades deste Contrato;

10.1.31. A contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos previstos em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

10.2. São obrigações do Contratante:

10.2.1. receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 36 de 74

10.2.4. comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

10.2.6. efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

10.2.7. efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

10.2.8. emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9. ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10. adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

11.DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

11.1. O adjudicatário, no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor **ANUAL DO CONTRATO**, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

11.1.1. Caso seja exigida garantia de execução contratual e o contratado opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.2. A inobservância do prazo contido no item 11.1 acarretará a aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, até o limite de 2% (dois por cento), até 30º dia de atraso.

11.2.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação de garantia configura inadimplência total e implicará rescisão do contrato.

11.3. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

11.3.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

11.3.2. Seguro-garantia;

11.3.3. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

11.3.4. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

11.3.4.1. A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.

11.3.4.2. Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, esta não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

11.4. A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária.

11.5. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

11.5.1. Havendo acréscimo no valor contratual, o contratado deverá proceder o reforço proporcional da garantia. O não atendimento autoriza o contratante a descontar das faturas o valor correspondente



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 37 de 74

11.6. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.7. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.8. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

11.9. A exigência de garantia contratual no valor de 5% do total do contrato tem como objetivo assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela empresa contratada, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços prestados. A garantia é uma medida preventiva que visa resguardar o Hospital da Polícia Militar do Paraná (HPMPR) contra eventuais descumprimentos contratuais, como atrasos na entrega do equipamento, falhas na manutenção, descontinuidade da prestação dos serviços ou qualquer outro descumprimento de cláusulas contratuais.

12.FORMA DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

12.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

12.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

12.3. O prazo estabelecido no item 12.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

12.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

12.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.5. O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

12.6. Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

13. DO REAJUSTAMENTO

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 38 de 74

13.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, MEDIANTE SOLICITAÇÃO DA CONTRATADA, pelo índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo-IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

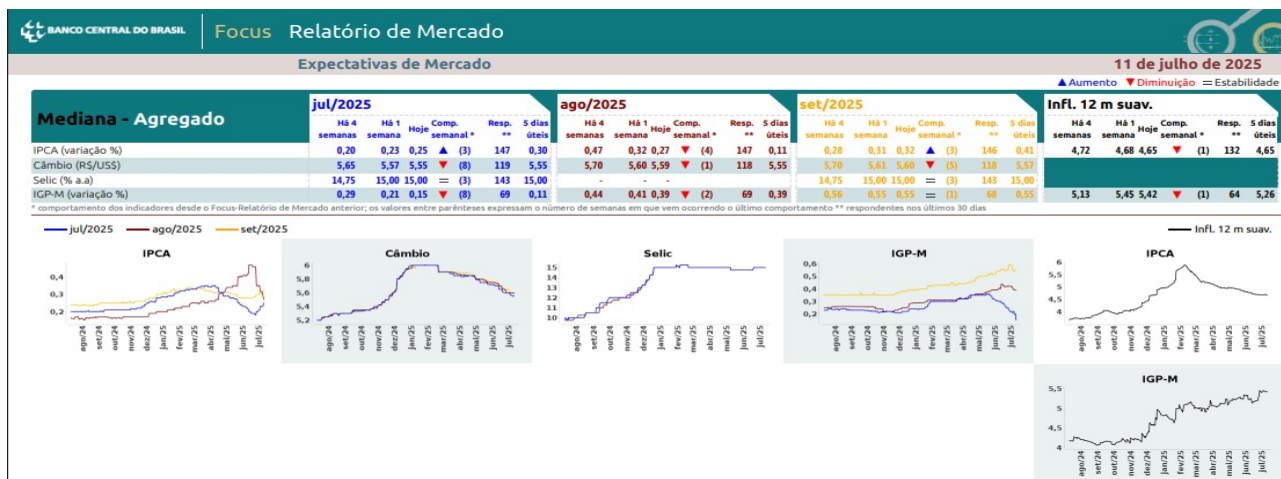
13.2.1. A escolha do IPCA como índice de reajuste foi embasada em estudo comparativo dos principais índices inflacionários utilizados em contratos administrativos nos últimos 5 (cinco) anos. Os dados demonstram que, embora todos apresentem variações compatíveis, o **IPCA** revelou-se o índice com menor oscilação acumulada, o que proporciona maior previsibilidade e equilíbrio econômico-financeiro para ambas as partes contratantes;

13.2.2. Segue quadro comparativo dos índices analisados:

Ano	IPCA/ IBGE	IPC/ FIPE	INPC
2020	4,52%	5,62%	5,45%
2021	10,06%	9,74%	10,16%
2022	5,79%	7,32%	5,93%
2023	4,62%	3,15%	3,71%
2024	4,39%	4,68%	4,77%
Total	29,38%	30,51%	30,02%

13.2.3. Com base no quadro acima, verifica-se que o **IPCA acumulado foi de 29,38%**, inferior aos índices IPC/FIPE e INPC no mesmo período, o que evidencia seu comportamento mais estável e adequado à natureza dos serviços contratados;

13.2.4. A escolha do IPCA é corroborada pelas projeções oficiais constantes do *Boletim Focus do Banco Central*, que indicam que esse índice deverá manter-se como o principal medidor da inflação oficial e com menor expectativa de alta nos próximos exercícios, o que reforça sua utilização como instrumento de reajuste justo e controlado.



Fonte (Acesso em: 15/07/2025): <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>
<https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20250711.pdf>



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 39 de 74

13.2.5. A adoção do IPCA proporciona maior segurança jurídica e previsibilidade econômica ao contrato, sendo vantajosa para a Administração, pois:

13.2.5.1. Garante o reequilíbrio econômico-financeiro contratual em consonância com a inflação real;

13.2.5.2. Reduz a possibilidade de cancelamentos unilaterais, descontinuidade da prestação do serviço ou inadimplência por parte das contratadas, motivados por defasagem de preços;

13.2.5.3. Favorece maior competitividade no processo licitatório, com participação de empresas que se sentem protegidas por mecanismos de atualização financeira clara e transparente;

13.2.5.4. Contribui para a eficiência da gestão contratual, evitando a necessidade de revisões emergenciais ou pleitos administrativos complexos.

13.2.6. O contratado ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

13.2.7. O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses.

13.2.8. A data-base do reajuste fica fixada em **12 de fevereiro de 2026** (data do mapa de formação de preço) preço estimado.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

13.8.1. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

13.8.2. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

13.9. Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

14. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Os requisitos de habilitação são aqueles previstos nos Documentos de Habilitação do edital (Anexo II do Edital).

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

15.1.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

15.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e.

15.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.2. A alteração subjetiva a que se refere o item 15.1 deverá ser formalizada através de Termo Aditivo ao Contrato.

16. CONTROLE DA EXECUÇÃO

16.1. O serviço terá início em 10 [dez] dias úteis (vistoria técnica inicial) a contar da publicação em diário oficial do contrato assinado.

16.2. Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 10[dez] dias.

16.2.1. Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.

16.3. Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde



que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

16.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

16.4.1. Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custa do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

17.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **ANEXO A** deste TR, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:

17.1.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou.

17.1.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.1.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

17.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

17.2.1. Cumprimento dos prazos estipulados para a execução dos serviços;

17.2.2. Avaliar a qualidade do serviço prestado pela empresa CONTRATADA;

17.2.3. Disponibilidade Operacional dos Equipamentos;

17.2.4. Realização dos Treinamentos para Equipe Técnica;

17.2.5. Atendimento às Manutenções Preventivas e Corretivas;

17.2.6. Satisfação da Unidade com o Serviço Prestado.

18. SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

18.1.1. Embora o art. 122 da Lei nº 14.133/2021 permita, em tese, a subcontratação parcial do objeto, a Administração opta por vedá-la integralmente nesta contratação em razão da natureza crítica, técnica e altamente especializada do serviço de locação de equipamentos de imagem, que envolve a instalação, calibração, manutenção, integração com sistemas de laudo e suporte contínuo em ambiente hospitalar. Tais etapas exigem **unidade técnica**, controle operacional rígido, padronização e responsabilidade da contratada.

18.1.2. A subcontratação parcial ou total comprometeria a integridade técnica, operacional e assistencial da solução contratada.

19. VISTORIA

19.1. Os licitantes **PODERÃO** vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento junto ao 3º Sargento Jones Salviato da Silva ou aquele que substituir em caso de ausência fone (41) 3218-3571 ou 3218-3560 e-mail radiologiahpmp@gmail.com.

19.2. Caso os licitantes **optem por não realizar a vistoria**, deverão apresentar **declaração formal** assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante dos Modelos de Declaração (Modelo 3 do Anexo VI deste Edital).

19.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 41 de 74

19.4. Nenhum licitante poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 3922.06.302.30.8179 e 3966.06.302.30.8614 – Serviços de Saúde – HPM e 3922.06.181.30.8501 e 3966.06.181.30.8605 – Ações do Comando Geral da Polícia Militar,

Fonte de Recursos: 500.000000, 501.000147, 703.000148, 752.000111, 759.000112, 759.000113, 759.000157, 756.000260;

Programa de Trabalho: 8179, 8614, 8501 e 8605;

Elemento de despesa: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

20.2. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento com a previsão da contratação no Plano de Contratações Anual — PCA (inciso II do § 1º do art.18, da lei Federal nº 14.133/2021 e inciso II do § 1º art. 15, do Decreto Estadual nº 10.086/2022);

20.3. 2025: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1IE4LG_Pg7epT92k7QXki-79LqjCMeYds/edit?gid=1898133835#gid=1898133835

https://www.planejamento.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-07/3900_-_sesp_pca_2025.pdf

PCA-E PMPR	Número de Ordem	Tipo de item
	920	Locação de equipamentos / Tomografo 64 canais
		Locação de equipamentos / Receptores e Sistema de digitalização de exames de Raios-X DR
		Locação de equipamentos / Equipamento de Ecografia
		Locação de equipamentos / Armazenamento em nuvem, sistema PACS com emissão de laudos médicos

20.4. 2026: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/12RXJBRej6qyi6SCTdbjRfbs5nMbYUo0k/edit?gid=1294913052#gid=1294913052>

PCA-E PMPR	Número de Ordem	Tipo de item
	1557	Locação de maquinas e equipamentos /Locação De Tomógrafo, Digitalizador E Ultrassom

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

22.DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná, contudo inserido alguns itens necessários aos tópicos da Minuta.

Curitiba, 12 de fevereiro de 2026.



**ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 42 de 74

(assinado eletronicamente)
Cb.QPM1-0 Edilene Albers Moreira
Agente de Contratação PMPR- DS/DS4

ANEXO A

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 43 de 74

A. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:

A.1 não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou.

A.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

B. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

3 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

3.1 definição de situações (indicadores) que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de grau de correspondência de 1 a 5, de acordo com os Indicativos de metas a cumprir, compreendendo descontos de 0,1% a 20,0% do valor mensal contratado.

3.1.1 A notificação quanto à existência de irregularidades na execução no contrato deverá ser por escrito, independente da gravidade da situação ou da reincidência do fato, podendo ser enviada por e-mail, AR, ou ambos. A CONTRATADA deverá acusar o seu recebimento, onde no e-mail apontará a data e hora do recebimento.

3.1.2 Constatando irregularidade passível de notificação, o Fiscal do Contrato preencherá Termo de Notificação, relatando a ocorrência, seu tipo e nível, grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido e demais dados julgados relevantes para o perfeito entendimento e avaliação da ocorrência;

4 A CONTRATANTE considerará entregue o Termo de Notificação que, voluntariamente, não for recebido pela CONTRATADA, devendo ser, a partir desta ocorrência, o nível da irregularidade elevado ao nível "grave" e, em já sendo "grave", ao nível "gravíssimo", ficando a data desta ocorrência como data do efetivo recebimento;

5 Após o recebimento, o preposto da CONTRATADA deverá apresentar as devidas justificativas e tratativas para a(s) ocorrência(s) apontada(s), respeitando a tabela de prazos a seguir:



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 44 de 74

Tipo	Nível de graduação	Prazo para apresentação das justificativas e tratativas
1	Levíssima	48 horas
2	Leve	24 horas
3	Média	12 horas
4	Grave	10 horas
5	Gravíssima	08 horas



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 45 de 74

6 O nível de graduação da irregularidade será classificado pelo Fiscal do Contrato, considerando os efeitos da irregularidade e/ou as consequências/comprometimento dos serviços locais prestados pela Unidade SESA ocasionados pela falha.

7 Os indicadores a serem monitorados mensalmente pelos fiscais e gestores dos contratos são:

Indicador 1	Cumprimento dos prazos estipulados para a execução dos serviços
Prazo	O serviço será prestado em 04 parcela(s), nos locais, prazo e critérios definidos no item 1.4 deste termo de referência:
Forma de entrega	<p>Meta do Indicador: 100% de cumprimento dos prazos contratuais estabelecidos.</p> <p>Forma de Verificação:</p> <ul style="list-style-type: none">● Termo de assinatura do contrato;● Registro da data de entrega, montagem e início do funcionamento dos equipamentos;● Registro da realização dos treinamentos obrigatórios;● Relatórios e atas de acompanhamento emitido pelo fiscal do contrato;● Termos de recebimento provisório/definitivo. <p>Parâmetro de Avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none">● Cumprimento dentro do prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato;● Realização dos treinamentos e obrigações acessórias previstas no edital e contrato dentro do mesmo prazo ou conforme cronograma aprovado. <p>Forma de Entrega:</p> <ul style="list-style-type: none">● Relatório final da contratada contendo o cronograma executado, com comprovação documental das etapas (fotos, listas de presença, certificados, registros de funcionamento);● Protocolo de entrega e aceite da contratante;● Registro em sistema oficial da instituição (ex: SEI) e/ou envio por e-mail institucional, conforme diretrizes da unidade gestora.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 46 de 74

Indicador 2	Avaliar a qualidade do serviço prestado pela empresa CONTRATADA.
Previsão no Contrato:	A CONTRATADA deverá cumprir todos os requisitos e especificações técnicas previstas no edital
Forma de entrega	<p>Meta do Indicador: 100% de cumprimento dos prazos contratuais estabelecidos. A empresa contratada deverá apresentar relatório técnico mensal, contemplando:</p> <ul style="list-style-type: none">● Check-list de atendimento aos requisitos do edital;● Registro de não conformidades e respectivas ações corretivas;● Relatório de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos;● Comprovação do cumprimento das obrigações contratuais (ex.: escalas, cobertura de plantões, funcionamento dos equipamentos);● Assinatura do responsável técnico da contratada;● Validação do gestor local do contrato (fiscal técnico do serviço). <p>Formato: PDF e versão editável (Word ou Excel, quando aplicável). Periodicidade: Mensal Meio de entrega:</p> <ul style="list-style-type: none">● Protocolo digital via sistema interno (ex: SEI ou e-mail institucional), ou.● Upload em pasta específica do contrato no servidor compartilhado da unidade.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 47 de 74

Indicador 3	Qualidade Técnica dos Equipamentos Locados
Previsão no Contrato:	Verificar se os equipamentos fornecidos atendem às especificações técnicas exigidas no edital, incluindo funcionamento adequado e desempenho esperado.
Forma de entrega	Meta: 100% de conformidade com os requisitos técnicos. Forma de Verificação: <ul style="list-style-type: none">● Laudos de conformidade técnica assinados por responsável habilitado;● Relatórios de testes operacionais e calibração;● Atestado de aceitação técnica emitido pela contratante;● Registro fotográfico e documentação técnica (manuais catálogos etc.).



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 48 de 74

Indicador 4		Disponibilidade Operacional dos Equipamentos
Previsão no Contrato:		Monitorar o tempo em que os equipamentos permanecem disponíveis para uso, sem interrupções causadas por falhas, manutenção ou indisponibilidade técnica.
Forma de entrega		Meta: Disponibilidade mínima de 98% mensal. Forma de Verificação: <ul style="list-style-type: none">● Registro de ocorrências e tempo de parada;● Relatórios mensais da contratada;● Ficha de controle da contratante (diários de uso e manutenção).



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 49 de 74

Indicador 5		Realização dos Treinamentos para Equipe Técnica
Previsão no Contrato:	no	Avaliar se os treinamentos obrigatórios foram realizados para todos os profissionais envolvidos na operação dos equipamentos.
Forma de entrega	de	Meta: 100% da equipe capacitada dentro do prazo contratual. Forma de Verificação: <ul style="list-style-type: none">● Lista de presença assinada;● Certificados emitidos pela contratada;● Registro de datas e conteúdos ministrados.

Indicador 6		Atendimento às Manutenções Preventivas e Corretivas
Previsão no Contrato:	no	Acompanhar se a contratada está realizando as manutenções previstas no cronograma e atendendo prontamente às corretivas.
Forma de entrega	de	Meta: <ul style="list-style-type: none">● 100% das manutenções preventivas realizadas no prazo;● Tempo de resposta para manutenção corretiva: até 24h úteis. Forma de Verificação: <ul style="list-style-type: none">● Relatórios de manutenção (preventiva e corretiva);● Ordens de serviço;● Assinatura da fiscalização contratual.

Indicador 7		Satisfação da Unidade com o Serviço Prestado
Previsão no Contrato:	no	Coletar feedback da equipe da unidade sobre o funcionamento dos equipamentos, suporte técnico e atendimento da empresa contratada.
Forma de entrega	de	Meta: Índice mínimo de 90% de satisfação. Forma de Verificação: <ul style="list-style-type: none">● Aplicação de formulário de avaliação trimestral;● Relatório consolidado com análise dos dados;● Ações corretivas registradas quando necessário.

8 A fim de aferir se houve cumprimento dos indicadores, o fiscal utilizará para critério de avaliação e pontuação as tabelas abaixo:

Tabela de ações em caso de ocorrências

Cumpriu as exigências estipuladas nos indicadores e no contrato		Cumpriu a Solicitação?		Cumpriu a 1ª notificação?	
Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Ok	Fazer contato com a empresa para a execução/regularização imediata	Ok	1ª Notificação por escrito para a execução imediata	Ok	2ª Notificação por escrito para a execução imediata
+ 2	- 2	+ 1	- 2 pontos	+2	- 4 pontos



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 50 de 74

Tabela de Pontuação de ocorrências e Glosa de Nota Fiscal

Item	Descumprimento	Penalidade
1	Não cumprir o prazo acordado de execução dos serviços/entrega do bem (07dias) ou o prazo acordado com cada fiscal.	Perda de 2 (dois) pontos por ocorrência
2	Utilizar profissional não habilitado / capacitado para executar os serviços contratados.	Perda de 4 (quatro) pontos por ocorrência
3	Não informar/comunicar ao fiscal do contrato no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local dos serviços.	Perda de 2 (dois) pontos por ocorrência
5	Não apresentar os documentos obrigatórios exigidos no item 12.1 do termo de referência com data de validade vigente mensalmente	Perda de 2 (dois) pontos por ocorrência
6	Deixar de cumprir a legislação aplicável à execução dos serviços contratados	Perda de 3 (dois) pontos por ocorrência
7	Não atendimento de chamados para correções de serviços considerados insatisfatórios pelo Fiscal do Contrato. Devendo o fiscal da CONTRATANTE registrar e fundamentar as justificativas da não aceitação do serviço inicialmente executado, comprovando a falha.	Perda de 3 (três) pontos por ocorrência
9	Atendimento intempestivo de chamados para correções de serviços considerados insatisfatórios pelo Fiscal do Contrato. Devendo o fiscal da CONTRATANTE registrar e fundamentar as justificativas da não aceitação do serviço inicialmente executado, comprovando a falha.	Perda de 2 (dois) pontos por ocorrência
9	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	Perda de 3 (três) pontos por ocorrência
10	Não substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	Perda de 2 (dois) pontos por ocorrência



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 51 de 74

9 Os pontos de cada penalidade serão aplicados sobre o fechamento da fatura. A fatura terá valor inicial igual a 100, sofrendo deduções dos pontos de forma cumulativa. Conforme forem deduzindo pontos de uma ou mais penalidade, será aplicado desconto sobre a fatura conforme tabela a seguir:

Pontos no fechamento da fatura	Fechamento do valor total do mês a ser faturado
>= 95 pontos	100%
>= 90 pontos e <95 pontos	97%
>=85 pontos e <90 pontos	94%
>= 80 pontos e <85 pontos	91%
>= 75 pontos e <80 pontos	88%
>=70 pontos e <75 pontos	85%
<70 pontos	80%

10 As ações em caso de Reincidência de Glosas serão executadas pelo fiscal conforme planilha abaixo:

1º Glosa	2º Glosa	3º Glosa	4ª Glosa
Monitorar com atenção a execução dos próximos serviços	Avaliar a possibilidade de solicitação de instauração de PAAR	Avaliar a possibilidade de solicitação de instauração de PAAR Analisar a possibilidade de rescisão contratual	Solicitar a instauração de PAAR Analisar a possibilidade de rescisão contratual

11 Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA, por meio de Termo de Notificação, para que este tome conhecimento do fato e promova a regularização da(s) ocorrência(s).



ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), e os documentos dos itens 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7. Os licitantes que não estiverem com os documentos válidos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), deverão apresentar todos os documentos relacionados a seguir:

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- Cédula de Identidade, no caso de pessoa física.
- Registro comercial, no caso de empresa individual.
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no caso de sociedades por ações;
- Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício, no caso de sociedades civis.
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.2.1 Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente nos termos da .

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- Certidões de regularidade com a:
 - Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);
 - Fazenda Estadual (**inclusive do Estado do Paraná para os licitantes sediados em outro Estado da Federação**); e
 - Fazenda Municipal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 53 de 74

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1 no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1 no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1 no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1. 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

1.5.1.1 Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento de 1 (um) ou mais atestados em quantidade de no mínimo 30% por cento, em relação a quantidade de bens exigida para cada lote.

1.5.1.2 Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

1.6 DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO (Anexo VI);

1.7 Demais declarações:

- **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO (Anexo V);**
- **NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES (Anexo V);**
- **DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS (Anexo V);**
- **DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V);**
- **DECLARAÇÃO LGPD (Anexo X).**

1.8 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 54 de 74

pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO IX**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022).

1.8.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.8.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.9 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.10 Na hipótese do item 1.8.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.11 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.12 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 55 de 74

ANEXO III

MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 1838/2025 - UASG: 453079

DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇO

Prestador de serviço:		Inscrição Estadual :	
CNPJ/CPF :			:
Endereço			
Bairro:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
Telefone:	Fax:		e-mail:
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: Prestação de Serviço continuado de LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE IMAGEM, para atender a demanda do Hospital da Polícia Militar do Paraná - HPM,.

Exemplo 1

Lote 1	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Item 1	Serviços de vidraçaria	m ²	XX m ²	R\$	R\$

Exemplo 2

Lote 1	Descrição	Faixa de distância em Km	Unidade de cotação	Quantidade	Preço por Kg	Preço total
Item 1	Serviços de transporte de medicamentos (...)	Até 50 Km	Kg	XX	R\$	R\$
Item 2	Serviços de transporte de medicamentos (...)	51 à 200 Km	Kg	XX	R\$	R\$
						Preço global R\$

2. A validade da proposta é de 90 (noventa) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade do serviço contratado, inclusive, durante o período de garantia. O Contratado deverá reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 56 de 74

serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais utilizados.

4. Os preços cotados contemplam todos os custos diretos, indiretos e despesas que compõem a prestação de serviços, tais como as despesas com impostos, taxas e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no Contrato.

5. Quando for o caso, os preços cotados contemplam o custo do fornecimento de materiais inerentes ao serviço e os demais relacionados ao objeto, conforme definido no Termo de Referência.

6. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

7. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal



ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º **1838/2025** - UASG: **453079**, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de prestação de serviços, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

¹A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, sob as penas da Lei:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO

02 – TERMO DE VISTORIA

(timbre ou identificação do licitante)

Pregão Eletrônico nº **1838/2025** - UASG: **453079**

Declaramos que a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, telefone nº XXXXX, por meio de seu representante XXXXX, portador do R.G nº XXXXX, expedido pela XXXXX, para fins de participação na licitação, vistoriou as instalações do **Hospital da Polícia Militar do Paraná - Local: Av. Prefeito Omar Sabbag, nº 894, Bairro Jardim Botânico, Curitiba/PR [Polícia Militar do Paraná]**, onde tomou conhecimento dos aspectos técnicos e das condições para a execução dos serviços, estando satisfeita com as informações e esclarecimentos obtidos na aludida visita e plenamente capacitada a elaborar a proposta para a licitação em tela, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmamos o presente.

XXXX [Local], XX de XXXX de XXXX.

[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO LICITANTE – NOME DA EMPRESA]

[NOME DO SERVIDOR RESPONSÁVEL]



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 60 de 74



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO

03 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

(timbre ou identificação do licitante)

Pregão Eletrônico nº **1838/2025** - UASG: **453079**

Declaro que a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, telefone nº XXXX, por meio de seu representante legal XXXXX, portador do R.G nº XXXXX, expedido pela XXXXX, para fins de participação nessa licitação, tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmo o presente.

XXXX [Local],XX de XXXX de XXXX.

[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO LICITANTE – NOME DA EMPRESA]



**ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 62 de 74

ANEXO VII

LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Secretaria da Segurança Pública / PMPR	
Local de prestação dos serviços:	Hospital da Polícia Militar do Paraná
Endereço:	Local: Av. Prefeito Omar Sabbag, nº 894, Bairro Jardim Botânico, Curitiba/PR
Responsável pelo Recebimento:	Ten. Cel. Alexandra Ramos dos Santos, ou 3º Sargento Jones Salviato da Silva
Telefone:	(41) 3218-3571 ou 3218-3560
Horário de Funcionamento:	



ANEXO VIII

MINUTA PADRÃO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXX]

CONTRATANTE: O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel, Curitiba/PR, CEP: 80.420-170, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 76.416.932/0001-81, neste ato representado pelo Secretário de Segurança Pública, Cel PM RR Hudson Leônico Teixeira, nomeado pelo Decreto nº 12/2023 de 01/01/2023, inscrito no CPF sob o n.º 840.630.419-72, portador da carteira de identidade n.º 5.546.799-4.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXX e telefone XXXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º PE-1838/2025, (protocolo n.º 24.337.782-0 do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Prestação de Serviço continuado de LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE IMAGEM, para atender a demanda do Hospital da Polícia Militar do Paraná - HPM,, conforme descrito no Termo de Referência

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico nº **1838/2025** - UASG: **453079**, objeto do processo administrativo n.º 24.337.782-0, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado nº XXXXXXXXX, de XXXXXXXXX e conforme ato de autorização no Movimento nº. XXXX deste protocolo.

3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

3.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços (unitários/global) previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

3.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

3.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

4. REAJUSTE

4.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192/2001, utilizando-se do índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo-IPCA.

4.1.1 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses.

4.1.1.1 Fica fixada a data base de **12/02/2026** (data do fechamento do mapa de preços) como data do orçamento estimado.

4.1.2 A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

4.2 O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o § 6.º do art. 170 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 64 de 74

4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

4.3.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

4.3.1.1 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

5. DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste edital, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6 EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:

6.1 A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por preço unitário**.

6.2 O serviço terá início em 10 [dez] dias úteis (vistoria técnica inicial) a contar da publicação em diário oficial do contrato assinado a contar de 10[dez] dias.

6.3 Os serviços serão prestados no(s) local(is): Hospital da Polícia Militar do Paraná, Local: Av. Prefeito Omar Sabbag, nº 894, Bairro Jardim Botânico, Curitiba/PR, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

6.4 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; no prazo de 10[dez] dias dias.

6.5 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

6.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.6.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

6.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7 FONTE DE RECURSOS:

7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: 3922.06.302.30.8179 / 3966.06.302.30.8614 / 3922.06.181.30.8501 / 3966.06.181.30.8605;

Fonte de Recursos: 500.000000 / 501.000147 / 703.000148 / 759.000113 / 759.000157;

Programa de Trabalho: 8179 / 8614 / 8501 / 8605;

Elemento de Despesa: 3390.39;

8 VIGÊNCIA:



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 65 de 74

8.1 O contrato terá vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

9 PAGAMENTO:

9.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

9.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

9.3 O prazo estabelecido no item 9.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

9.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

9.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9.5 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

9.6 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1. executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

10.1.2. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

10.1.4. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.5. utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 66 de 74

10.1.6. zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

10.1.7. apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

10.1.8. responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

10.1.9. atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

10.1.10. instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

10.1.11. instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

10.1.12. relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.13. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.14. manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

10.1.15. manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.16. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

10.1.17. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.17.1. alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.17.2. superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

10.1.17.3. retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.17.4. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

10.1.17.5. impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

10.1.17.6. omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

10.1.18. ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) e a respectiva documentação técnica associada, para livre uso e alteração pela Administração Pública em outras ocasiões, nos termos do artigo 93 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.1.19. Ceder os direitos e fornecer os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio;

10.1.20. Garantir ao contratante:

10.1.20.1. o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.1.20.2. os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do contratante.

10.1.21. A empresa contratada deverá assumir integral responsabilidade trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária relativa a todos os profissionais vinculados à execução do contrato, incluindo, mas não se limitando a pagamento de salários, encargos sociais, adicionais legais, férias, 13º salário, FGTS e INSS;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 67 de 74

10.1.22. Assumir com exclusividade a responsabilidade pelo preenchimento adequado da CAT– Comunicação de Acidente de Trabalho de seu corpo técnico, empregados, prestadores de serviços, prepostos e terceiros, de todos os documentos e formulários relativos e Acidentes de Trabalho;

10.1.23. A contratada deverá cumprir integralmente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD), responsabilizando-se por qualquer violação, vazamento, acesso indevido ou uso não autorizado de dados pessoais e sensíveis de pacientes, servidores ou demais usuários dos serviços de saúde;

10.1.24. Instruir, capacitar e monitorar sua equipe quanto ao correto tratamento de dados pessoais, ao sigilo profissional e à conduta ética no ambiente hospitalar;

10.1.25. Observar, sob pena de incorrer em infração contratual, todas as obrigações, responsabilidades e requisitos estabelecidos no Termo de Referência, nas especificações técnicas e nas condições de execução contratual, garantindo o fiel cumprimento do objeto pactuado;

10.1.26. Aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo HPM;

10.1.27. Normas para Instrutores:

10.1.27.1. O profissional responsável pelo treinamento deverá:

10.1.27.1.1. Possuir formação técnica ou superior em Radiologia, Física Médica ou Engenharia Biomédica;

10.1.27.1.2. Estar devidamente registrado no conselho profissional correspondente (CRTR, CNEN ou CRM);

10.1.27.1.3. Ter certificação emitida pelo fabricante do equipamento para operação e instrução;

10.1.27.1.4. Apresentar experiência mínima de 2 anos com equipamentos de mesma natureza e complexidade;

10.1.27.1.5. Atuar uniformizado (jaleco institucional) e com crachá funcional visível durante as atividades de capacitação;

10.1.27.1.6. Ministrará treinamento prático, personalizado e presencial, com entrega de materiais didáticos em português;

10.1.27.1.7. Garantir reciclagem dos operadores em até 30 dias, se solicitado, e após atualizações de software.

10.1.28. Conformidade e normas técnicas dos acessórios e componentes adicionais:

10.1.28.1. Todo o conjunto ofertado deverá estar em conformidade com registro na ANVISA (Registro/MS), certificados de conformidade elétrica, compatibilidade eletromagnética e segurança clínica, atendendo às normas ABNT NBR IEC 60601, CNEN NN 3.01 (se aplicável) e diretrizes do CFM e da ANVISA (RDC 611/2022).

10.1.28.2. Registro ativo na ANVISA para o equipamento e transdutores;

10.1.28.3. Certificações de segurança elétrica, compatibilidade eletromagnética e funcionamento clínico;

10.1.28.4. Atendimento às diretrizes técnicas da ANVISA, ABNT, CNEN (se aplicável) e CFM.

10.1.29. A contratada poderá fornecer equipamento seminovo, desde que comprove data de fabricação e início de uso não superior a 5 (cinco) anos, esteja tecnologicamente atualizado, em perfeito estado de funcionamento e conservação, com todos os componentes originais e íntegros, e acompanhado de certificação de desempenho emitida por profissional legalmente habilitado, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). A última atualização de software deverá ter sido realizada há, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses.

10.1.30. Assumir, de forma exclusiva, a Responsabilidade Técnica perante as autoridades/entidades profissionais, observando as normas técnicas e legais vigentes, para o correto e efetivo desempenho e execução dos serviços sob as atividades deste Contrato;

10.1.31. A contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos previstos em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 68 de 74

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

11. GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 O adjudicatário, no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Contrato prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor ANUAL DO CONTRATO, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

11.1.1 Caso seja exigida garantia de execução contratual e o adjudicatário opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do Art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.2 A inobservância do prazo contido no item 11.1 acarretará a aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, até o limite de 2% (dois por cento), até 30º dia de atraso.

11.2.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação de garantia configura inadimplência total e implicará rescisão do contrato.

11.3 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

11.3.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

11.3.2 seguro-garantia;

11.3.3 fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

11.3.3.1 A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.

11.3.3.2 Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, a mesma não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

11.4 A garantia em dinheiro deverá ser depositada na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária.

11.5 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

11.5.1 Havendo acréscimo no valor contratual, o contratado deverá proceder o reforço proporcional da garantia. O não atendimento autoriza o contratante a descontar das faturas o valor correspondente

11.6 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de [XXXXXXX] (XXXX) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.7 O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.8 As garantias serão devolvidas ao CONTRATADO, após a lavratura do termo de recebimento definitivo e da apuração dos haveres, devidamente atualizados ou após a sua extinção por culpa exclusiva da



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 69 de 74

Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

12 PENALIDADES:

12.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2 A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

12.4.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

12.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

13 CASOS DE EXTINÇÃO:

13.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.

13.2 Constituem motivo para extinção do contrato:

13.2.1 O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

13.2.2 O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

13.2.3 A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

13.2.4 O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.2.5 A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.2.6 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

13.2.7 O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 70 de 74

- 13.2.8** O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;
- 13.2.9** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;
- 13.2.10** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- 13.2.11** A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 13.2.12** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 13.2.13** A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;
- 13.2.14** Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;
- 13.2.15** A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;
- 13.2.16** A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
- 13.2.17** O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 13.2.18** A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- 13.2.19** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.
- 13.2.20** O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 13.2.21** A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;
- 13.2.22** O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.
- 13.3** O presente instrumento poderá ser extinto:
- 13.3.1** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 13.3.2** consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou
- 13.3.3** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 13.3.4** O contrato poderá ser extinto pela Administração, sem ônus, na hipótese de inexistência de créditos orçamentários para sua continuidade ou caso se conclua que o ajuste deixou de representar vantagem para o interesse público. Cabe destacar que tal extinção somente poderá ocorrer na próxima data de aniversário contratual, nos termos do art. 106, inciso III, e § 1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 13.4** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.
- 13.5** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.
- 13.6** O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

14 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

14.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:



14.2.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

14.2.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

14.2.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

14.4 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

16.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificada neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

16.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

16.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

16.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.337.782-0

Pregão nº PE-1838/2025 (UASG: 453079)

Edital - página 72 de 74

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao contratado.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

17.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

17.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

17.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:



ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- () COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal



ANEXO X
DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1.** aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2.** referentes a participações societárias;
- 1.3.** informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4.** endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5.** estado civil;
- 1.6.** eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7.** relações de parentesco;
- 1.8.** número de telefone;
- 1.9.** sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10.** informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal